

“As Relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica”

Mariana Filipe Gomes

Orientador: Prof. Doutor Sandra Maria Rodrigues Balão

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Relações Internacionais

Lisboa
2018

AGRADECIMENTOS

Concluir o Mestrado, significa o término de mais uma etapa da minha vida académica e a conclusão de mais um objectivo pessoal. No entanto, o mérito desta conquista, não é só meu, mas também de todas as pessoas que acreditaram em mim e me incentivaram.

Começo por agradecer ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pela oportunidade de estudar nesta Instituição e por todos os conhecimentos adquiridos. Quero agradecer em particular a minha Orientadora, a Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, por toda a dedicação, paciência e orientação. Todos os conselhos, o rigor, a exigência e até reprimendas contribuíram para a realização de uma investigação melhor e mais rica.

No âmbito mais pessoal, quero agradecer aos meus pais, Helena e António, porque sem eles não seria possível, pois fizeram todos os sacrifícios para que pudesse alcançar mais uma conquista na minha vida. Quero também agradecer-lhes por todo o apoio, carinho e incentivo e por nunca deixarem de acreditar nas minhas capacidades e não deixarem que desistisse. Agradeço também à minha irmã, Rita, aos meus avós, Prazeres, José Filipe e José Maria por todo o apoio, dedicação e incentivo.

Quero agradecer também aos meus padrinhos Ana Maria e Gabriel e ao meu primo José Miguel que foram pessoas muito importantes nesta caminhada, por me terem recebido sempre de portas abertas em sua casa e por todo o apoio prestado ao longo dos meus anos académicos. Ao Pedro Gomes, por ter sido uma pessoa fundamental e importante nesta caminhada, por ter estado sempre do meu lado, e por toda a paciência, mas também dedicação. À minha amiga e companheira deste percurso, Carolina Silva, pois juntas partilhamos as mesmas angústias e preocupações, mas também as mesmas alegrias e conquistas.

Por fim, aos meus amigos e companheiros de longa data Inês Duarte, Sofia Mendes, Marta Machado, Nuno Gomes, Andreia Neves, Pedro Pais de Sousa por todo o apoio, incentivo, paciência e pela presença nos momentos mais difíceis, mas também pelos bons e divertidos momentos que partilhamos juntos.

Por fim agradecer aos meus amigos que tive o prazer de conhecer no meu percurso académico Ryma Merouani, Ana Cornélio, Ricardo Cabral Fernandes, Gonçalo Pereira e Luís Oliveira por todo o apoio, atenção, incentivo e por todos os bons momentos que vivemos juntos.

RESUMO

A Crise da Ucrânia de 2013 e a consequente anexação da Crimeia em 2014 por parte da Rússia vieram a revelar-se acontecimentos muito importantes no século XXI que puserem em causa a Ordem Mundial estabelecida no pós-Guerra Fria e provocaram grandes impactos não só na geopolítica regional como também no continente europeu. Estes eventos são resultado não só de um confronto geopolítico, mas também de uma disputa de influência na Eurásia por parte dos dois principais “players”, a União Europeia e a Rússia.

A Crimeia detém um valor geopolítico fundamental, se por um lado é muito importante ao nível securitário, por outro lado tem um grande potencial energético, devido à sua localização estratégica no Mar Negro, onde foram descobertas novas reservas energéticas e por onde passam rotas muito importantes de trânsito energético provenientes da Ásia Central e do Mar Cáspio.

Este é um estudo de caso que procura identificar não só quais os impactos causados, mas também quais as novas oportunidades que possam advir desta alteração geopolítica na sequência da anexação da Crimeia ao nível energético e securitário. Do mesmo modo, torna-se essencial fazer uma análise sobre o papel da Crimeia para a consolidação da União Económica Eurasiática, Organização que pretende ser uma alternativa à União Europeia.

Palavras-chaves: União Europeia, Rússia, Crimeia, União Eurasiática, Geopolítica

ABSTRACT

The 2013 Crisis of Ukraine and the ensuing annexation of Crimea in 2014 by Russia have turned into a greatly important events that marked 21st century and have put into question the World Order established in the post-Cold War. Consequently, it has had a great impact not only in regional geopolitics but also in the European continent. These events are a result not just of a geopolitical confrontation but also of a dispute of influence in Eurasia by the two main players, the European Union and Russia.

The Peninsula of Crimea has indeed a fundamental geopolitical value, if on the one hand it is very important at the security level and on the other hand it has a great energetic potential, given its strategic location in Black Sea where new energy reserves were discovered and through which very important routes of transit from Central Asia and the Caspian Sea pass.

This is a case study that intends to identify the impacts caused and the new opportunities that may arise from this geopolitical change, in the aftermath of the annexation of Crimea, at the energy and safety level for these actors. It is also crucial to analyze the role of the Crimea in the consolidation of the Eurasian Economic Union, an organization which aims to be an alternative to the European Union.

Keywords: European Union, Russia, Crimea, Eurasian Union, Geopolitics

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Enquadramento Teórico	2
2. Objectivos de Investigação:.....	9
NOTA METODOLÓGICA	11
CAPÍTULO I - A UCRÂNIA: ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A RÚSSIA	14
1.1. As relações entre a União Europeia e a Rússia no século XXI	14
1.2 Breve Contextualização da relação da Ucrânia com os dois actores	22
CAPÍTULO II – CRIMEIA: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA	35
2.1 Caracterização da Região do Mar Negro e da Península da Crimeia	35
2.2 A Crimeia e a União Eurasiática.....	43
CAPÍTULO III – UMA NOVA ORDEM SECURITÁRIA?	48
3.1 Questões Securitárias	48
3.1.1 Rússia.....	48
a) Mar de Avoz e Estreito de Kerch	52
b) Turquia	54
c) Bulgária e Roménia	54
d) Síria.....	54
3.1.2 União Europeia	55
a) Os Países Bálticos e a Polónia.....	55
CAPÍTULO IV – UMA NOVA ORDEM ENERGÉTICA?	61
4.1 Questões Energéticas.....	61
4.1.1 Rússia.....	61
a) Turkish Stream	61
b) China.....	65
4.1.2 União Europeia	66
a) A Segurança Energética da UE e as suas principais fraquezas	66
b) Alternativas	69
CONCLUSÃO	76
BIBLIOGRAFIA	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Território Eurasiático	4
Figura 2: Acesso da Crimeia ao mar mediterrâneo	5
Figura 3: Alargamento da UE e as novas fronteiras com a Rússia	17
Figura 4: Rússia - UE (Pipelines)	20
Figura 5: A Ucrânia entre as principais forças de influência (ue - nato - Rússia)	24
Figura 6: Ucrânia (zona tampão)	25
Figura 7: Pipelines da Rússia para a europa	26
Figura 8: Pipelines de gás no território ucraniano (2006-2014)	27
Figura 9: Pipelines de gás natural na ucrânia	27
Figura 10: Península da Crimeia	31
Figura 11: Região do mar negro	35
Figura 12: Rio Danúbio	36
Figura 13: Aumento da produção de gás e petróleo no Mar Cáspio	36
Figura 14: Convergência dos diferentes interesses no Mar Negro	38
Figura 15: Ligação entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo (via estreito do Bósforo e Dardanelos)	39
Figura 16: Ligação do Mar Cáspio à Europa (via Pipelines)	40
Figura 17: Localização da Crimeia	42
Figura 18: Visão do Mundo (Mackinder e Spykman)	45
Figura 19: Acesso da Crimeia ao Mar Mediterrâneo	48
Figura 20: Acesso ao Oceano Índico (via Mar Mediterrâneo)	49
Figura 21: Zona de Influência Russa	50
Figura 22: Abcásia (Geórgia)	50
Figura 23: Mar de Azov e Estreito de Kerch	53
Figura 24: Pipelines "chave" na Ucrânia	53
Figura 25: Ligação entre Sebastopol, Crimeia para Tartus, Síria	55
Figura 26: Diáspora russa nos países Bálticos	58
Figura 27: Pipelines South Stream e Turkish Stream	62
Figura 28: Zona Económica Exclusiva da Ucrânia	63
Figura 29: As fronteiras da Ucrânia e da Crimeia depois da anexação	64
Figura 30: Reivindicação da ZEE (antes e depois) da anexação da Crimeia	64
Figura 31: Segurança Energética Europeia	68

Figura 32: Segurança Europeia no Século XXI	68
Figura 33: Nord Stream (2016)	69
Figura 34: Pipelines na Ucrânia (2014).....	69
Figura 35: Druzba Pipeline	70
Figura 36: TANAP Pipeline (2015)	71
Figura 37: Interconector Azerbaijão - Geórgia - Roménia (2011).....	73
Figura 38: Gasoduto Sourthern	73
Figura 39: White Stream (2018).....	74

LISTA DE ACRÓNIMOS

AGRI - Interconector Azerbaijão-Geórgia-Roménia-Hungria

BSWR - Black Sea Wider Region

CEI - Comunidade de Estados Independentes

EM – Estados-Membros

EUA – Estados Unidos da América

G7 - Grupo dos Sete (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido)

NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

PEV – Política Europeia de Vizinhança

TANAP - Trans-Anatolian - Pipeline

UE - União Europeia

UEE – União Económica Eurasiática

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

No âmbito do Curso de Mestrado em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e tendo em vista a obtenção do grau de mestre naquela especialidade, apresentámos um projecto de investigação intitulado: “As relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica”. Em face da nossa proposta delimitamos o âmbito desta investigação às questões securitárias e energéticas.

A escolha desta problemática deve-se ao facto de que a Crise da Ucrânia de 2013 e a consequente anexação da Crimeia em 2014 por parte da Rússia, se terem revelado acontecimentos muito importantes nas Relações Internacionais do século XXI, pelos impactos causados ao nível da geopolítica não só regional, como em todo o continente europeu. Okan Yesilot afirma que “...the crisis in Crimea presented the world with a case study on how rapidly national borders may shift in the 21st century” (2014: 167). Consideramos também que estes eventos vieram pôr em causa a Ordem Mundial do pós-Guerra Fria, na medida em que a Crise da Ucrânia trouxe o fim do ‘status quo’ que prevalecia na Europa (Trenin, 2014).

A Rússia ter-se-á sentido traída pelo apoio que alguns Estados-Membros (EM) da União Europeia (UE) concederam a Kiev para uma mudança de regime. Por essa razão, preocupada com a protecção dos seus interesses vitais no “estrangeiro próximo” (ex-repúblicas soviéticas) tomou uma medida assertiva em relação à Crimeia – o que foi encarado pelo Ocidente como uma agressão por parte de um poder revisionista (Rasmussen, 2014) (Cf. Anexo 1). Esta crise teve “a sua origem precisamente na tentativa da UE se aproximar da Ucrânia, através de um Acordo de Associação, que foi rejeitado pelo Presidente ucraniano Viktor Yanukovich” (Biersack, O’Lear, 2016: 248).

Outra razão para a escolha deste objecto de estudo foi a necessidade de conhecer e discutir a importância geopolítica da Crimeia (que esteve no centro dos conflitos atrás mencionados) para a Rússia e também para os interesses da UE. Quando falamos em Geopolítica, consideramos que a mesma “... é uma ciência multidisciplinar que tem por base o estudo das relações entre a política e o espaço” (Dias, 2010: 19) (Cf. Anexo 2).

Neste contexto, torna-se importante considerar contributos de autores como Adriano Moreira que afirmou: “As surpreendentes revoluções de 1989 puseram todos os Estados do planeta perante a evidência de que a única coisa certa, a respeito da Nova Ordem mundial, é que ruuiu a antiga, sem que os analistas, os institutos de previsão, os serviços estaduais, ou os governos, tivessem pressentido aquilo por que lutavam no Ocidente havia meio século. Ao redor da Terra, o florescimento dos desafios que eram relegados para a penumbra pelo conflito central da Guerra Fria não anuncia sempre a esperança de que a paz para os nossos dias seja necessariamente o ponto ómega do processo em curso” (1996: 159).

No período entre 1989-1991, novos acontecimentos mudaram o Sistema Político Internacional, como a queda do Muro de Berlim em 1989, a reunificação alemã 1990, o final da Guerra Fria e o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, suscitando a substituição de uma ordem bipolar por uma ordem uni-multipolar, definição proposta por Bessa e Pinto que a consideram o resultado do facto de os Estados Unidos da América (EUA) ser um ‘superpoder solitário’, único sobrevivente do mundo bipolar (1999).

Para além do que já foi dito, também não podemos deixar de referir o papel da Rússia, em busca da sua afirmação não só regional como também internacional, pelo que, a sua política externa tem vindo a ser dotada de uma postura mais realista e assertiva, a qual coloca como prioridades a segurança, defesa e os interesses nacionais (Freire, Daehnhardt, 2014).

1. Enquadramento Teórico

Neste contexto, tornaram-se essenciais os contributos de Maria Raquel Freire e Sandra Dias Fernandes, através da obra *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado* (2014) onde fazem uma abordagem bastante pertinente e complexa sobre a evolução da política externa russa, e como esta se traduz no relacionamento da Rússia com a UE e a Ucrânia.

De acordo com a segunda autora as relações entre a UE e a Rússia são “um elemento fundamental para as perspectivas de estabilidade na Europa, bem como têm implicações estratégicas que se tornam importantes para a resolução de desafios que se colocam à Europa” (Fernandes, 2014: 199). Também contribuíram para a análise da mesma temática, autores como João Marques de Almeida (2008), Vanda Amaro Dias (2014),

Olga Tapiola (2013) e João Coelho (2012). Este último autor considera que os principais interesses da UE na Rússia se reflectem promoção da estabilidade política e económica da Rússia e também na manutenção de um abastecimento estável de energia, na cooperação na área da justiça e assuntos internos e na segurança nuclear e ambiental (Coelho, 2012). É também fundamental a manutenção da estabilidade geopolítica no Cáucaso do Sul e nos Novos Estados Independentes para ambas as partes, tendo por isso os conflitos nessa zona ganho uma relevância significativa (idem).

Os dois actores fazem parte da ‘Eurásia’, a qual é definida por Brzezinski como um enorme “tabuleiro de xadrez” que se estende desde Lisboa até Vladivostok (1997). O autor afirma igualmente: “Eurasia is the globe's largest continent and is geopolitical axial” (idem: 31), estando aqui localizados os Estados politicamente mais assertivos e dinâmicos e onde ainda se luta pela primazia global (idem). De acordo com Cohen, o desmembramento da URSS causou um impacto substancial nas características geopolíticas da “Nova Rússia” (Cf. Anexo 3) principalmente no que diz respeito à perda de alguns dos seus territórios nacionais (ricos em recursos minerais), o que causou uma mudança nas suas fronteiras territoriais (2009).

Cohen afirma: “Nevertheless, Russia remains a formidable state, the largest political landmass in the world, extending for five thousand miles from the west to east across eleven time zones and for fifteen hundred miles from its Arctic North to Black Sea, the Caucasus, and the mountains of southern Siberia. No other national states possess Russia’s spatial depth” (idem: 219). Recuperar o estatuto de ‘Grande Potência’ e controlar o centro do Heartland permite à Rússia pressionar e influenciar a periferia do Heartland e exercer mais uma vez influência global (idem). Neste contexto, podemos também considerar as palavras de Brzezinski, que afirmou: “Without Ukraine, Russia cease to be a Eurasian empire” (1997: 46).

FIGURA 1: TERRITÓRIO EURASIÁTICO



Fonte: <http://ontheworldmap.com/eurasia/physical-map-of-eurasia.html>

Relativamente à importância geopolítica da Crimeia, podemos considerar Gosu que afirmou: “... a anexação da Crimeia mudou dramaticamente a balança geopolítica e estratégica na região do Mar Negro” (2015: 37). Esta península tem um valor estratégico fundamental para a Rússia, na região do Mar Negro: para além de ter a sua frota marítima ali “estacionada”, no porto de Sebastopol, faculta-lhe também o acesso aos mares quentes, como o Mediterrâneo, e para além de permitir a Vladimir Putin “limitar” a influência dos países Ocidentais na região (Girgin, 2015).

FIGURA 2: ACESSO DA CRIMEIA AO MAR MEDITERRÂNEO



Fonte: <http://www.worldatlas.com/aatlas/infopage/medsea.htm> (Adaptado pelo autor)

Podemos também considerar os contributos de James Bosbotinis (2009), Marius Gerald (2010), Vladimir Kólossov (2014), Armand Gosu (2015) e Dogan Girgin (2015) pela abordagem sobre a anexação da Crimeia e as suas implicações na região do Mar Negro. Também importa salientar estes autores pela análise que fizeram sobre as características mais importantes da região, da península e não menos importante do potencial do Mar Cáspio. Ainda podemos considerar João Churro (2012) e José Simões (2015).

Relativamente às questões securitárias, podemos destacar Daniel Treisman (2016) que apresenta a sua visão sobre os motivos da anexação da Crimeia pela Rússia. Relativamente às intenções e desafios da Rússia na península, podemos destacar Volodymyr Dubovyk (2016) e Byron Chong (2017). Na questão da segurança europeia, podemos destacar F. Larrabee (et. al 2015) e (2017) pela sua visão bastante interessante e muito importante sobre as implicações da anexação da Crimeia nos Países Bálticos e Polónia. De acordo com o autor, a anexação da Crimeia veio (re) suscitar receios (por parte da Polónia e dos países Bálticos) de que o argumento que a Rússia utilizou relativamente à Crimeia a existência de minorias de étnia russa seja por essa razão utilizado também contra eles (Larrabee. Al. 2015). Por essa razão, aqueles países requisitaram o reforço militar da NATO na região (2015).

Outros autores como Stephen Cohen (2014) ou Sergey Saluchev (2014) tornaram-se bastante pertinentes pela perspectiva contraditória sobre as movimentações e intenções russas no continente europeu.

Por fim, relativamente a questão energética, podemos destacar os contributos de Frank Umbach (2015), Pasquale De Micco (2014) e (2015), António Silva (2017), Cármen Frade (2013) e Rúben Pereira (2014) sobre o relacionamento da UE e da Rússia nestas matérias, mas também sobre os desafios e alternativas para ambos os actores.

O último autor destaca os desafios da UE nesta matéria, tendo em conta a dependência desta face a um pequeno grupo de Estados, destacando a Rússia (2014). A UE em 2012 importou 42,2% de combustíveis fósseis, ou que representa 88, 2% do seu petróleo e 65,8% do seu gás natural (idem) (Cf. Anexo 4).

Constitui igualmente objecto da nossa investigação a União Económica Eurasiática (UEE), uma vez que esta surge como uma medida de prevenção face à expansão Ocidental para as fronteiras russas (Vieira, 2014). Esta Organização Internacional para a integração económica regional foi criada em 2014 e entrou em vigor em 2015, através do Tratado da União Económica (Eurasian Economic Union, s/d).

Os EM que compõem a instituição são, a Rússia, o Quirguistão, o Cazaquistão, a Arménia e a Bielorrússia. Dentro deste bloco económico, promove-se a livre circulação de bens, de mão-de-obra, capital e serviços (idem). Neste sentido e segundo Vieira, a UEE é para Moscovo um '*counterweight*' à expansão europeia, passando também pela intenção de manter sob a sua órbita a Ucrânia, na sequência da Conferência de Vilnius de 2013 (2014). Deste modo, será pertinente abordar a importância da península da Crimeia na consolidação desta investigação. Para a análise deste tema, foram fundamentais os contributos de Alena Vieira (2014) e de Jan Strzelecki (2016).

O modelo observante em que vamos basear a nossa investigação é a teoria Neo-Realista das Relações Internacionais, com os contributos de Kenneth Waltz através da sua obra *Theory of International Politics* (1979). Esta perspectiva teórica enquadra-se sobretudo na Rússia e nas suas relações com os seus vizinhos, mas também com a UE. A teoria Neo-Realista considera que o Sistema Político Internacional é anárquico e descentralizado, ou seja, não existe nenhum centro formal de poder de autoridade, cada Estado é soberano e é igual no sistema (Waltz, 1979). Ainda de acordo com esta teoria os Estados são unidades cujas interacções formam a estrutura do Sistema Político Internacional (idem).

Na nossa perspectiva quando analisamos a posição da Rússia, podemos considerá-la com uma postura mais realista na busca pela sua afirmação no Sistema Político Internacional uma vez que esta põe em primeiro lugar as questões de segurança, o interesse nacional e a defesa do Estado (Cf. Anexo 5).

Embora considerando o Estado como actor principal, esta teoria reconhece a existência de outros actores no Sistema Político Internacional, como as Organizações Internacionais, actores não-estatais e as actividades transnacionais (Waltz, 1979). Balão afirma que foi possível assistir ao (re) aparecimento de (novos) Estados no final da Guerra Fria e que, a par desta tendência de desfragmentação ou fragmentação do mundo, foi possível assistir às crescentes experiências de integração de Estados, sobretudo tendo em vista uma mais estreita cooperação económica e comercial e apostando também em projectos de construção política (2014).

Neste contexto, Santos e Ferreira referem que “as dinâmicas relacionais entre os Estados são maioritariamente pautadas pela cooperação, mas também podem surgir divergências potenciadas pela competição na persecução dos seus interesses nacionais e nas tentativas de afirmação mundial ou regional” (2012: 95).

Esta visão pode aplicar-se ao enquadramento das relações da Rússia com os Estados vizinhos e simultaneamente, ex-repúblicas soviéticas que, em geral, mantêm relações de cooperação, existindo, no entanto, algumas fricções que se traduziram particularmente, em conflitos e tensões, no período pós-1989 “que abre as portas ao expansionismo da UE e da NATO para as proximidades das suas fronteiras” (Freire, Daehnhardt, 2014:11). A Rússia já demonstrou que pode usar a força para alcançar os seus objectivos, e exemplo disso foi a Guerra da Geórgia de 2008 e a Crise da Ucrânia 2013 e a anexação da Crimeia 2014.

Importa também referir que a Rússia mantém uma relação institucionalizada com as suas ex-repúblicas, através da Comunidade de Estados Independentes (CEI) criada em 1991, e a mais nova Organização, a UEE, ambas de carácter de cooperação económico, político e comercial. Note-se que a última pretende ser um “contrapeso” à UE (Vieira, 2014). No entanto, embora ambas as Organizações sejam de carácter comercial, económico e político, considera-se que estes objectivos são secundarizados, porque a Rússia tem como real intenção manter os EM sob sua órbita (Strzelecki, 2016). Neste contexto, podemos considerar um dos paradigmas da teoria Neo-Realista de que os Estados agem de acordo com uma lógica de auto-ajuda, isto é, os Estados buscam os seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos outros Estados (Waltz, 1979) (Cf. Anexo 6).

Neste sentido, importa destacar também o papel da UE que ao longo dos anos foi efectuando o seu processo de expansão usando mecanismos de ‘soft power’, como a democracia, a cooperação económica e comercial, para aliciar novos Estados e trazê-los para a sua órbita. Exemplo disto são a Política Europeia de Vizinhança (PEV) e a Política de Alargamento, que contribuem para sucessivas tensões entre a UE e a Rússia (Cf. Anexo 7). Vanda Amaro Dias salienta também o facto de a estratégia europeia passar pela expansão do seu modelo civilizacional (expandir o seu modelo neoliberal) para garantir a segurança europeia e a dominação da periferia. Assim, considera que estas acções podem ser equiparadas à missão civilizadora dos grandes impérios (2014).

Também se torna fundamental salientar que a própria UE, não tem uma política externa exacta e consensual, isto é, os próprios EM, continuam a defender os seus interesses particulares, e por isso há dificuldades em tomar certas decisões ou uma posição em algumas matérias como por exemplo, o papel da Ucrânia na UE, a resposta às acções da Rússia (em que alguns EM defendem o levantamento das sanções económicas uma vez que prejudica a sua economia, e outros EM defendem uma posição mais assertiva com a Rússia) e na definição de um mercado único energético, como vamos ter oportunidade de verificar mais adiante na nossa investigação.

Kenneth Waltz aborda a teoria da Balança de Poder, a qual para ele parte da premissa de que os Estados são unidades que no mínimo desejam preservar a si próprios e, no máximo, pretendem dominar o universo. Assim, em função dos seus objectivos os Estados procuram utilizar os meios disponíveis para alcançar os fins em vista: os internos, para o aumento da força militar ou da capacidade económica e desenvolver

estratégias inteligentes; e os meios externos, como tentativas de aumentar o número de Estados na sua aliança ou de diminuir ou enfraquecer a aliança de um Estado opositor (1979).

Os Estados podem procurar a acomodação pacífica de interesses através de meios diplomáticos, incluindo estes a negociações e a concessão (Dougherty, Pfaltzgraff, 2003: 115). Podemos aplicar esta teoria na competição da UEE com a UE e o papel da Ucrânia para estas instituições. De acordo com Olga Tapiola, torna-se importante trazer a Ucrânia para órbita da UE, não apenas pelos factores económicos e energéticos, mas também por questões securitárias, uma vez que um Estado mal governado e corrupto pode ser uma má influência para a restante vizinhança, e até porque uma Ucrânia vulnerável torna-se mais suscetível às pressões russas e assim ser absorvida para a UEE (2013).

2. Objectivos de Investigação:

Assim e tendo em conta a temática e o objecto de estudo desta investigação estabeleceram-se os seguintes objectivos gerais:

- Discutir as relações Rússia – União Europeia- Ucrânia, no contexto da anexação da Crimeia.
- Discutir as repercussões geopolíticas da anexação da Crimeia nas relações entre a UE e a Rússia;

Por outro lado, os objectivos específicos são:

- Discutir as implicações securitárias e energéticas na região do Mar Negro, para a Rússia e a União Europeia;
- Discutir a importância geopolítica da Crimeia para a União Eurasiática no contexto da Crimeia.

A nossa investigação iniciar-se-á com um primeiro capítulo onde trataremos das questões que se prendem com a realidade da Ucrânia no quadro das relações entre a União Europeia e a Rússia no século XXI. A análise iniciar-se-á no período de 1991 e prossegue até aos dias de hoje, com incidência nos principais desafios e tensões pelas quais estas relações têm passado. Neste contexto, serão destacadas as principais dificuldades que a Ucrânia encontra para definir a sua política externa, uma vez que, por

um lado pretende aderir às instituições ocidentais, mas por outro lado, é dependente da Rússia, a qual exerce uma forte influência sobre si.

No segundo capítulo será feita uma análise geopolítica da península da Crimeia, no âmbito da qual se procederá igualmente à caracterização da região do Mar Negro e do Mar Cáspio na medida em que no quadro das questões securitárias e energéticas tal se afigura fundamental. Ainda no mesmo capítulo, analisaremos a relevância desta península na consolidação do projecto da UEE.

O terceiro capítulo será dedicado a uma reflexão sobre a possibilidade de o mundo estar a assistir ao eclodir de uma nova ordem securitária no continente europeu, resultante da anexação da Crimeia e neste contexto analisaremos os novos desafios e consequências daí resultantes para a UE e para a Rússia.

Para finalizar, o quarto capítulo, segue a mesma lógica do anterior, mas será dedicado à questão energética. Neste sentido, procuramos analisar os principais desafios e oportunidades daí decorrentes para a UE e para a Rússia.

NOTA METODOLÓGICA

A Metodologia em Ciências Sociais “...corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validade permanente, métodos aqueles que devem ser planeados e apropriados aos objectos de análise de cada disciplina, em ordem à revisão permanente e crítica do conhecimento científico” (Santo, 2010: 11). A pergunta de partida definida é: “Qual a importância geopolítica da anexação da península da Crimeia nas relações UE-Rússia no século XXI nos domínios energético e securitário?”. Considera-se que o método de investigação pertinente a ser utilizado é o Estudo de Caso, que pode ser definido como um estudo que investiga “...um fenómeno actual no seu contexto real; e quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual são utilizadas muitas fontes de dados” (Carmo, Ferreira, 1998: 216) ou também pode ser definido como “... um estudo exploratório que visa levantar hipóteses para futuros estudos e permitir estabelecer as variáveis mais importantes e da mesma forma que permite desvendar correlações entre dois fenómenos poderá indicar igualmente, a sua inexistência” (Lara, 2015: 130).

No entanto, no âmbito dos pressupostos a ele associados ao, podemos caracterizá-lo como qualitativo, e neste contexto podemos definir esta característica como ‘particular’, porque se focaliza numa determinada situação, acontecimento, programa ou fenómeno (Carmo, Ferreira, 1998).

O enfoque qualitativo utiliza coleta de dados sem ser necessária medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação (Sampieri et. al. 2006). O enfoque qualitativo pode ser também considerado como ‘holístico’, pelo facto de considerar o “todo” (o fenómeno que interessa), sem reduzi-lo ao estudo de suas partes. O método qualitativo baseia-se numa análise indutiva, que parte do “particular para o geral”. No entanto, para a nossa investigação será pertinente referir que utilizamos uma análise dedutiva, “do geral para o particular”, na medida em que não se procura a formulação de uma “lei” susceptível de aplicação geral (idem).

Dentro do método qualitativo, optamos pela análise de base documental, a qual podemos definir segundo Bardin como “...uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (1977: 45). O objectivo

da análise documental é dar forma conveniente e representar de modo diferente do original essa informação por intermédio de procedimentos de transformação, e facilitar o acesso do observador com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo) (idem).

A recolha dos dados com base nos quais a investigação foi desenvolvida assenta em fontes documentais, que podem ser divididas em:

- Fontes primárias, como os documentos oficiais, governamentais e outros registos legais ou obras de referência (dicionários ou atlas). São exemplos: *Foreign Policy Concept of Russia Federation* (2016), *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar* (1982), *Montreux Convention* (1936), *Ministry of Foreign Affairs of Ukraine* (2012), *European External Action* (2016), *European Council* (2017);

Fontes secundárias, como livros, artigos académicos, artigos de imprensa de jornais ou revistas, e também teses académicas. São exemplos: Livros: *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico* (2014), *Theory of International Relations* (1979), *Matriz do Poder* (2014), *Subversão e Guerra Fria* (2011), *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão* (2015), *Portas de Dante* (2015), *Análise de Conteúdo* (1977), *Teoria das Relações Internacionais* (1996), *A Nova Rússia* (1999);

Para pesquisa de artigos científicos: *JSTOR*, *Academia.edu* ou *B.on.*, *Researchgate*. Teses académicas: *João Churro* (2012), *Carmén Frade* (2013), *Ruben Pereira* (2014), *Olimpiada Vidrascu* (2016), *João Rafael* (2012), *João Figueiredo* (2012).

Para o alcance destas fontes também foi necessário o recurso à internet, para acesso a páginas oficiais das instituições governamentais, de instituições académicas e de investigação, e também para o acesso a determinados documentos e artigos disponíveis online, que se podem encontrar em plataformas académicas, nomeadamente artigos científicos. No entanto, surgiram algumas dificuldades relativamente ao acesso a determinadas fontes ser limitado, mas também pelo facto de serem de um idioma de difícil interpretação, tal como russo e ucraniano. O mesmo se aplica no acesso a determinados sites (fontes governamentais) que estão na língua materna dos respectivos Estados.

Neste contexto podemos considerar que a validade e fiabilidade dos dados depende da sensibilidade, conhecimento e experiência do investigador, e por isso a investigação qualitativa valoriza também a validade dos dados, uma vez que nesta investigação os

dados recolhidos devem estar de acordo com o que os indivíduos dizem e fazem (Carmo, Ferreira, 1998).

Face à limitação de palavras na dissertação, foi necessário efectuar um rearranjo no documento e dos seus conteúdos. Assim, optou-se pela inclusão de anexos e consequentemente a remissão para os mesmos ao longo do corpo do documento.

Tendo em conta a investigação e o objecto de estudo, foram equacionadas algumas hipóteses de trabalho, que poderão ser refutadas ou confirmadas na investigação, sendo elas:

1. A anexação da Crimeia tem vindo a suscitar uma nova reflexão sobre a segurança europeia, e em particular nos países Bálticos;
2. A península da Crimeia é fundamental para a exploração do Mar Negro e Mar de Azov, ricos em recursos energéticos e por onde passam rotas importantes para a UE e para a Rússia;
3. A UEE é um instrumento russo de contenção e de contrabalanço à influência da UE na região.

CAPÍTULO I - A UCRÂNIA: ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A RÚSSIA

1.1. As relações entre a União Europeia e a Rússia no século XXI

João Marques de Almeida considera que as relações entre a UE e a Rússia, durante os últimos anos, constituem uma história de frustrações e de divisões, mas, no entanto, também de alguns sucessos (2008). O autor explica-nos que quando se refere às frustrações, estas baseiam-se nos resultados que ficaram quase sempre aquém do que é ambicionado; em relação à divisão, refere-se a razões históricas, divergências de interesses e também à manutenção difícil da unidade da UE. Por fim, quando menciona os sucessos, refere-se aos acordos alcançados entre as partes: Moscovo e Bruxelas (idem).

Após a Guerra Fria e o fim da União Soviética, a Rússia passou a ser o maior vizinho da UE e também o mais importante. Além disso, fruto desta proximidade territorial, ambos passaram a partilhar a mesma vizinhança, parte significativa das mesmas ameaças e problemas, bem como das oportunidades que daí possam surgir (idem). Vanda Amaro Dias considera efectivamente que os novos desafios que surgiram com o final da Guerra Fria e o colapso da União Soviética confrontaram a UE com uma nova vizinhança que poderia ser potencialmente instável e por em causa a sua paz e estabilidade (2014).

A Rússia foi considerada oficialmente um Império em 1721, e consolidou-se como a principal força imperial na Europa no início do século XIX. A expansão imperial russa foi particularmente activa durante os anos das guerras Napoleónicas, nos quais a Rússia anexou os territórios que são hoje a Ucrânia, a Finlândia, a Lituânia, a Bielorrússia e a Polónia, bem como, o Cáucaso e partes da Ásia Central (Basphehliuan, 2016). Considerando a assertividade política e cultural russa na política eurasiática desde o século XIX, pode-se argumentar que, através destes desenvolvimentos históricos, o povo russo construiu identidades auto-atribuídas como o “Grande Dinamismo” ou o “Império Eurasiático” que se tornaram significativos nos discursos russos e na tradição da política externa (idem).

A sua posição nestes territórios foi reforçada com as reconquistas da URSS na Segunda Guerra Mundial. No entanto, ao invés de anexar todas as áreas mantidas pelo Exército Vermelho na hora da vitória, a URSS estabeleceu um controlo rigoroso através de uma

esfera de influência na Europa de Leste reforçando a ligação com os Partidos Comunistas (que passaram a dominar estes territórios), agências de segurança, bases e laços militares e de ligações económicas e securitárias através de instituições como o Pacto de Varsóvia e Conselho de Assistência Económica Mútua (Basphehliuan, 2016).

A Rússia tinha um grande poder militar e também ressentimentos e o sentimento de humilhação pelo fim da URSS e isto poderia fazer ascender as tradições imperiais de séculos (Rego, 1999). A instabilidade no antigo território da URSS era geradora de muitas quezílias entre os ex-EM (idem). Estas questões vieram a ser reveladas no ano de 2000, quando Vladimir Putin ascendeu ao poder, dotando tanto a política interna como a política externa de uma postura mais realista com clara assunção da primazia do interesse nacional, da segurança e da defesa (Freire, Daehnhardt, 2014) (Cf. Anexo 8).

De acordo com Balão, quando falamos de ‘imperialismo’ define-se como “...os fenómenos a ele usualmente associados - a expansão violenta por parte dos Estados (ou sistemas políticos análogos) da área territorial da sua influência ou poder directo, bem como formas de exploração económica em prejuízo dos Estados ou dos povos deste modo subjugados, geralmente relacionadas com tais acontecimentos – parecem ter-se manifestado um pouco por toda a história adoptando quer forma quer modalidades diversas” (2014: 32,33).

Por sua vez, Vladimir Putin considera que o fim da URSS foi uma das maiores catástrofes do século XX: “Above all, we should acknowledge that the collapse of the Soviet Union was a major geopolitical disaster of the century. As for the Russian nation, it became a genuine drama. Tens of millions of our co-citizens and compatriots found themselves outside Russian territory. Moreover, the epidemic of disintegration infected Russia itself” (President of Russia, 2005).

Deste modo, é possível afirmar que as reacções defensivas da administração de Putin contra a expansão Ocidental em direção à Europa de Leste e a crescente assertividade por parte de Moscovo na região, que muitos consideram como o desejo de criar uma esfera de influência, são profundamente influenciadas pela identidade imperial russa construída no século XIX, através de campanhas militares bem-sucedidas, o despertar nacionalista russo e de uma política externa que visa a criação de um Império eurasiático-eslavo (Basphehlivan, 2016).

Neste sentido e no nosso ponto de vista, podemos considerar alguns exemplos da ascendência das tradições de carácter imperial por parte da Rússia, os recentes eventos na Ucrânia, a CEI, a UEE e o aproveitamento das dependências económicas e energéticas das ex-repúblicas soviéticas.

No entanto, e noutra perspectiva, Stephen Cohen, refere que quando se fala no facto de a Rússia estar à procura de “reconstruir” uma nova URSS, considera que não é absolutamente evidente. Cohen argumenta que: “Russia wants is something he calls a zone of security, not a sphere of influence...”.(2014,1) e ainda: “[The] sphere of influence in military terms, which is an 18th and 19th century concept, is completely, utterly obsolete; missiles can fly 3 minutes across an entire sphere of influence; there's no defense against them in that sense; that's why Russia is adamantly protesting the US and NATO building missile defense right on Russia's border. It wants these areas on its border free of military threat ”(idem). Para Cohen, ‘zone of security’, significa a não existência de bases militares nas suas fronteiras, o que considera sensato (Cohen, 2014).

O quinto alargamento da UE em 2004 veio estabelecer um ‘novo mapa’ da Europa que passou a partilhar as fronteiras com o seu maior vizinho, a Rússia (Fernandes, 2010). Nessa ascensão a UE “abriu portas” a vários estados da Europa (República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Chipre, Hungria, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia) (Tapiola, 2013)

FIGURA 3: ALARGAMENTO DA UE E AS NOVAS FRONTEIRAS COM A RÚSSIA



Fonte: <http://www.economist.com/node/2155305>

O facto é que na preparação deste alargamento, a UE já tinha criado a iniciativa ‘Wider Europe Neighbourhood: a New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours’, com o objectivo de criar boas relações de cooperação e evitar novas ‘linhas divisórias’ no continente (Commission of the European Communities, 2003). Em 2004 é oficializada a PEV, direccionada para os países do Mediterrâneo, mas também para a Europa de Leste (Bartczak, Jongberg, 2017).

A PEV é uma política bilateral entre a UE e cada país parceiro, enriquecida por iniciativas complementares de cooperação regional: a Parceria Oriental e União para o Mediterrâneo. Tem como objectivo, a coordenação política, uma integração económica mais aprofundada, mobilidade acrescida e contactos entre as populações (idem). Para além destes objectivos “primários” esta política tem como propósito, partilhar com os países vizinhos os benefícios do alargamento de 2004, ou seja, estabilidade, segurança e bem-estar num quadro distinto da adesão à UE, evitando novas linhas divisórias no continente europeu (Soares, 2005).

Também se pode considerar a PEV como uma resposta, ainda que indirecta, à questão de definição de limites da UE, na medida em que se afasta a questão da adesão, compensando os parceiros com uma série de incentivos como por exemplo, a extensão do mercado interno (idem).

A UE convenceu-se de que a Rússia aceitaria o seu alargamento de forma benigna, uma vez que esta expansão política e económica não seria como no passado, ou seja, pelo uso da força, mas sim de forma consentida e pacífica (Almeida, 2008). No entanto Moscovo encarou estas iniciativas de Bruxelas como um desafio aos seus interesses regionais (Fernandes, 2010).

Vanda Amaro Dias, numa perspectiva mais assertiva, salienta que a estratégia europeia no plano internacional, passa pela exportação de um modelo que tenta transformar os Estados com quem se relaciona em democracias estáveis, para garantir a segurança europeia e projectar o seu modelo civilizacional (2014). Ainda de acordo com aquela autora, a Política de Alargamento agrega esta lógica de promessa de adesão para promover uma série de reformas políticas e adopção de um modelo neoliberal e deste modo, difundir uma certa cultura política que pode ser equiparada à missão civilizadora dos grandes impérios e que justifica assim, a dominação da periferia, frequentemente em prol de um mundo mais seguro (idem). Deste modo, a projecção geopolítica da UE através da exportação deste mundo civilizacional ignora as especificidades e os conhecimentos alternativos na sua vizinhança (Dias, 2014).

Em 2004, a Europa assistiu igualmente à «Revolução Laranja» na Ucrânia. As forças pró-democráticas e pró-ocidentais, apoiadas pela UE e pelos EUA, derrubaram o Governo apoiado por Moscovo e chegaram ao poder. O facto de ver a Ucrânia, ‘peça’ estratégica fundamental para si, começar a aproximar-se das instituições ocidentais e esta começar a reforçar a sua independência em relação a si, levou Moscovo a reflectir sobre uma potencial ameaça aos interesses russos (Almeida, 2008).

David Sarkysian refere que a Rússia começou a aplicar por um lado, aquilo que ele designa como ‘*policy of effective countering the NATO enlargement*’, que consiste em tornar impossível a adesão, caso da Geórgia, através do apoio às regiões separatistas dentro do país, como a Ossétia do Sul e a Abcásia, causando a destabilização interna no país (idem). Neste sentido, o ano de 2008 ficou marcado pelo facto da Rússia recorrer ao uso da força para impor a sua hegemonia na Geórgia, na sequência de manifestação de vontade desta em aderir à NATO (Sarkisyan, 2015).

Neste contexto podemos aludir à estratégia de recompensa e punição geralmente denominada de “carrot it stick que é definido por Luís Tomé como: “... recompensando ou punindo determinadas condutas de outros Governos, através de incentivos às boas práticas com reconhecimento político e ajuda económica segundo critérios prévios de

elegibilidade, ou impondo/ameaçando impor sanções e medidas restritivas e até dispondo-se à intervenção militar” (2011:145). Esta é uma estratégia de que a Rússia fez uso, nomeadamente em relação à Geórgia, o que pode ser interpretado como uma mensagem para os Estados que estiveram sob a sua hegemonia no período soviético, sobre as consequências que possam advir caso estes tenham intenções de se juntarem às instituições ocidentais e pôr em causa os seus interesses.

Por outro lado, Sarkisyan afirma ainda que esta intervenção foi para anunciar o início do chamado ‘*Pivot*’ da Europa à Eurásia na política externa russa (2015). O autor considera igualmente que se pode interpretar isto como o recriar de uma zona geopolítica livre da influência da UE. Sob influência, a Rússia entende não apenas a intervenção geopolítica direta, mas também o amplo espectro de políticas de envolvimento como: os processos de democratização patrocinados pela UE que estabelecem programas comuns de parceria e claro, acordos de associação. O autor diz que se pode chamar a isto a ‘Doutrina de Monroe’ russa para a UE (idem).

Em 2009, a UE lançou a Pareceria Oriental que é uma dimensão oriental da PEV e tem como objectivo o reforço da associação política e da integração económica com seis países parceiros da Europa Oriental e do Cáucaso Sul, sendo eles a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia (Conselho Europeu, 2017). Em tese, esta Pareceria visa promover a estabilidade nas fronteiras orientais da UE (mas sem quaisquer garantias prévias de adesão), pelo que, podemos considerar que a sua criação resultou das preocupações dos EM relativamente à intervenção russa na Geórgia, e dos receios das acções de Moscovo (idem).

E os factos demonstraram que essas preocupações vieram a confirmar-se na Ucrânia em 2013 e 2014, a quando dos conflitos no país dos quais resultou a anexação da Crimeia, acontecimentos que fizeram com que as relações entre a UE e a Rússia regredissem e se tornassem ainda mais tensas. A Rússia está convicta que o que aconteceu na praça de Maidan tem a ver com factores externos, ou seja, que houve interferência estrangeira (a UE e os EUA), pois no seu ponto de vista, tais acontecimentos não poderiam ser a expressão autónoma das pessoas, era preciso que estas tivessem sido incentivadas ou influenciados por terceiros (Claudín, Pedro, 2015). A UE condenou a anexação da península (Cameron, 2014), e não reconhece a soberania russa sobre esta, situação que conduziu à aplicação de sanções económicas e financeiras por parte da UE e dos EUA à Rússia, assim como à sua expulsão do G8 (idem). A Rússia retaliou com contra-sanções

Rússia sejam levantadas para favorecer o retorno aos negócios. O papel da Alemanha é crítico, levando muitos membros da NATO e da UE a observar atentamente a posição de Berlim. Por isso a manutenção de laços estreitos e a coordenação das políticas com Berlim serão muito importantes (Larrabee, et al. 2017).

Neste contexto, torna-se relevante demonstrar mais exemplos das diferentes “vozes” e visões dos EM da UE relativamente à Rússia. A Grécia e o Chipre geralmente defendem os interesses russos no sistema europeu e estão dispostos em vetar as posições comuns da União Europeia. A França, a Alemanha, a Itália e a Espanha disfrutam de uma ‘relação especial’ com a Rússia e ocasionalmente minam as políticas comuns europeias (Toca, Bogdan, 2014).

A Áustria, a Bélgica, a Bulgária, a Finlândia, a Hungria, o Luxemburgo, Malta, Portugal, a Eslováquia e a Eslovênia mantêm uma relação próxima com a Rússia e tendem a por os seus interesses comerciais acima dos objectivos comuns (idem). Também a República Checa, a Dinamarca, a Estónia, a Letónia, a Irlanda, a Letónia, os Países Baixos, a Roménia, a Suécia e o Reino Unido também focam nos seus interesses comerciais, mas que têm menos receio do que os outros para falar contra o comportamento russo relativamente aos direitos humanos e outras questões (Toca, Bogdan, 2014).

No entanto, a Lituânia e a Polónia têm uma relação hostil com a Rússia e que estão dispostos a usar o seu veto para bloquear as negociações da UE com a Rússia (idem).

Simões afirma: “O duelo das sanções económicas pela interdependência económica divide os europeus e não consegue isolar a Rússia como pretendiam os EUA. Por isso, a sua pior derrota é a queda do preço do petróleo” (2015: 6). De acordo com Cameron, se ou quando as sanções forem levantadas, (o que dependerá de Moscovo), a UE e a Rússia têm uma agenda substancial de ganhos para cooperar, como no comércio e finanças, meio ambiente, terrorismo, e na segurança regional (Afeganistão, Irão, Síria) (2014). No entanto, com o impasse na Ucrânia e a condenação internacional da intervenção militar da Rússia na Síria, o fim das tensões atuais não está à vista (European Parliament, 2016).

1.2 Breve Contextualização da relação da Ucrânia com os dois actores

Em 1991 quando se dá a queda da URSS, começaram os pedidos formais de independência por parte estados da Europa de Leste bem como da Ásia Central à União Soviética. Destes destaca-se a Ucrânia, que obteve a independência a 25 de Dezembro de 1991, através de um referendo acerca do Acto da Declaração da Independência de Agosto de 1991, aprovado pelo voto nacional em Dezembro do mesmo ano (Constitution of Ukraine, 1996). A dissolução da URSS trouxe inúmeras controvérsias entre os estados sucessores e as relações russo-ucranianas são seriamente afetadas por tais controvérsias. Há várias áreas de conflito na relação entre a Rússia e a Ucrânia - as duas nações têm diferenças em questões étnicas, políticas, económicas, territoriais e militares que se estendem até ao presente (Zaborsky, 1995).

Neste sentido, a Rússia tem tentado conquistar seu papel de "irmão mais velho" da Ucrânia, enquanto esta, depois de obter a independência política formal, teve desejo de estabelecer uma nova identidade. Devido ao grande conjunto de áreas de conflito nas relações bilaterais, com a instabilidade interna e a falta de instituições democráticas em ambos os estados, as disputas russo-ucranianas provavelmente serão de longo prazo (idem).

A independência da Ucrânia nunca foi aceite pela Rússia nomeadamente pelas suas elites e políticos devido a um passado histórico partilhado resultante do fim do Império Soviético, pelo que não estavam preparados nem dispostos a aceitar a sua independência, nem a reconhecê-la como tal (Kappeler, 2014).

No entanto, após o fim da URSS a Rússia tornou-se um actor estratégico em ascensão no Sistema Político Internacional, uma ex-superpotência que procura recuperar o seu estatuto de grande potência e esta tentativa tem implicações ao nível da segurança regional e europeia (Freire, Daehnhardt, 2014). Para recuperar esse estatuto, podemos considerar a iniciativa da criação da CEI em 1991, que constituía numa estrutura institucional, onde Moscovo se tentava evidenciar “como protagonista da nova ordem regional” (Freire, 2014: 37). No entanto esta ideia foi encarada com desconfiança pelos restantes estados, que receavam uma nova forma de subordinação e perda de soberania novamente (idem).

Para Moscovo, a manutenção deste espaço, designado como ‘estrangeiro próximo’ torna-se fundamental para manter a sua influência e é visto como um elemento chave

para recuperar o seu estatuto de grande potência e contestar o que critica como ‘unilateralismo’ americano (Dias, 2014). É particularmente na sub-região do espaço pós-soviético, constituída pela Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia (que assume uma posição estratégica de destaque) que as dinâmicas políticas e securitárias são mais intensas, uma vez, que esta constitui o último reduto entre a Rússia e o mundo ocidental (Dias, 2014).

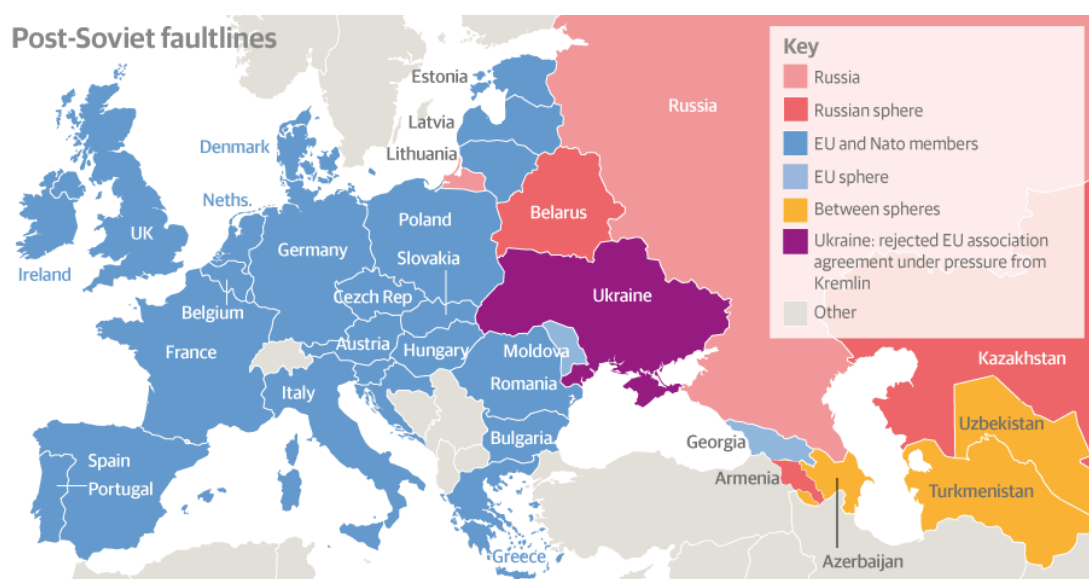
De acordo com Lara: “Não sobram muitas opções para reafirmar a abrangência geopolítica russa. Em primeiro lugar, uma reestruturação e um fortalecimento da CEI, eventualmente reconfigurada numa nova fórmula institucional, e uma “reaproximação”, eventualmente musculada, com a Geórgia e Ucrânia (ou parte delas), dissidentes desde os primórdios do século XXI” (2015: 104).

Ainda de acordo com o autor, a Administração Putin-Medvedev prosseguiu no sentido da garantia das zonas essenciais do espaço pós-soviético na sua esfera de influência, não só como zonas-tampão, mas, “...como espaços subsidiários do novo formato imperial” (2015: 107). E ainda, “Está a ser moda atribuir ao voluntarismo da dupla Putin-Medvedev a causa ou, pelo menos, a causa eficiente maior, da retorta do protagonismo internacional da Rússia como superpotência, começando pela reorganização do seu espaço vital...” (2015: 103) (Cf. Anexo 9).

Com estas palavras em mente, podemos verificar que a aproximação das instituições Euro-Atlânticas aos países da CEI não é bem vista por Moscovo, que até aos dias de hoje, manifesta esse desagrado principalmente no que toca à Ucrânia. A Ucrânia poderia prejudicar a CEI, pelo facto de que este é um espaço que partilha um passado histórico e cultural comum, confere a Rússia uma posição estratégica entre o este e o oeste, espaço no qual as ligações económicas, comerciais e as rotas de trânsito energético permanecem importantes até aos dias de hoje e pelo facto de que alguma instabilidade nesta área afecta directamente a segurança e estabilidade russa, bem como no resto da área (Freire, Daehnhardt, 2014).

Putin terá dito a Bush, em 2008, que não considera a Ucrânia um Estado e que a vê como uma parte integrante da Rússia que foi usurpada em 1991. No seu horizonte estratégico Moscovo prevê integrar a Ucrânia na UEE, esta consiste num espaço económico comum (Fernandes, 2014). Putin definiu uma linha vermelha: a Ucrânia não pode deslocar-se — mesmo sem NATO — para a esfera económico-política da UE. Por isso transformou a questão da Parceria Oriental num confronto geopolítico (idem).

FIGURA 5: A UCRÂNIA ENTRE AS PRINCIPAIS FORÇAS DE INFLUÊNCIA (UE - NATO - RÚSSIA)



Fonte: <https://www.quora.com/Why-are-world-powers-not-interfering-as-Russia-is-supporting-and-aiding-the-disintegration-of-Ukraine>

A Ucrânia na sua primeira década de independência, não era uma prioridade nos interesses da UE (idem). Em 1993, a Ucrânia manifestou a vontade de aderir a esta Organização, sendo uma das suas prioridades na política externa. No mesmo ano, avançou-se para negociações de um Acordo de Parceria e Cooperação (APC), que deveria avançar para uma possível adesão (Ministry of Foreign Affairs of Ukraine, 2012). No entanto, as relações apenas se basearam no “EU-Ukraine Partnership and Cooperation Agreement of 1998”, que foi também acordado com os outros estados recém-independentes da União Soviética (Idem). De acordo com Tapiola: “None of the then fifteen EU members at the time saw Ukraine as a priority. It was too far away from the EU, too difficult to understand, and too close to Russia” (2013: 1).

No entanto, depois da Revolução Laranja em 2004 na Ucrânia, que levou à ascensão de um governo pró-Occidental, o Presidente Viktor Yuschenko levou a UE a começar a preparar uma política especial para a Ucrânia (idem). Andreia Soares defende o alargamento da UE à Bulgária, Roménia (actualmente, ambos são EM da UE desde 2007), à Turquia e aos países dos Balcãs Ocidentais, mas que exclui a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldávia, bem como os Estados do Cáucaso, pois considera que a Organização deve ter limites, sob pena da destruição dos equilíbrios institucionais ou da originalidade em que se assenta o projecto comunitário europeu (2005).

A Ucrânia é abrangida pela PEV e após a sua independência procurou seguir uma retórica integracionista na UE, mas, contudo, manteve uma ligação com a Rússia (Proedrou, 2010). Esta é considerada um tampão entre a UE e a Rússia, e por isso, a sua política externa é condicionada por esta dualidade (idem).

FIGURA 6: UCRÂNIA (ZONA TAMPÃO)



Fonte: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/europe/ua.htm>

Neste contexto, podemos então considerar a importância da Ucrânia para a Rússia, pois é uma peça central na estratégia regional. Para além do vasto território, é vista como um vasto mercado de oportunidades de investimento (Dias, 2014). A Ucrânia detém uma posição geoestratégica única, estando no centro da junção de várias regiões geopolíticas para além da Europa e Rússia, também do mundo Árabe-Muçulmano (Iaromenko, 2010). É um dos maiores Estados europeus e é fundamental porque no seu território passam os pipelines mais importantes, o que a torna a principal rota das exportações de gás russo para o resto da Europa (Tapiola, 2013).

A Rússia ao perder a sua influência sobre a Ucrânia, perderia em simultâneo o controlo sobre todos estes pipelines, o que se pode considerar um duro golpe no fornecimento de petróleo e gás a favor dos russos, pois devido à dependência da Rússia face às exportações de energia e a conveniência de os pipelines estarem localizados na Ucrânia, esta última pode aproveitar para exercer uma grande pressão sobre aquele Estado para

benefício da sua própria agenda política (Waslander, 2014). Ao mesmo tempo, perder o controlo desses meios significa que a Rússia teria mais dificuldades em influenciar a política da Europa Ocidental através de suas exportações de energia (idem).

Note-se que o trânsito de 80% dos recursos energéticos russos depende da passagem pela Ucrânia (Girgin, 2015). De acordo com dados do European Union Committee de 2013 “...o fornecimento de gás russo para a União Europeia foi de 39%” (House of Lords, 2014: 14). É ainda relevante referir que 71% das exportações do gás russo se destinam sobretudo à Alemanha e Itália, que são os maiores consumidores dos recursos, seguindo-se a Bulgária, Estónia, Finlândia, Eslováquia, Letónia e Lituânia, pois a Rússia é o único fornecedor por inteiro destes seis países (idem).

FIGURA 7: PIPELINES DA RÚSSIA PARA EUROPA



Fonte: <http://russia-insider.com/en/centrica-chief-just-face-it-europe-needs-russian-gas/6144>

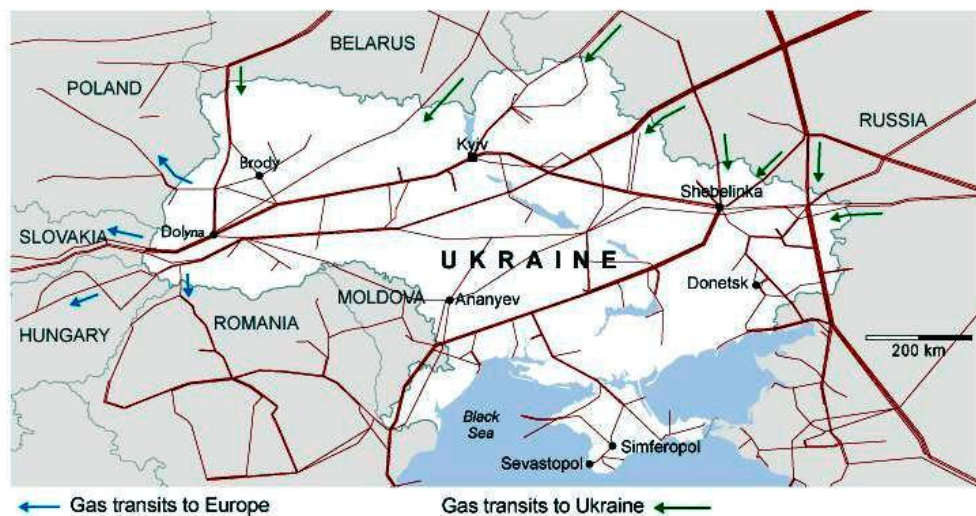
FIGURA 8: PIPELINES DE GÁS NO TERRITÓRIO UCRANIANO (2006-2014)



Fonte: <http://www.eegas.com/ukraine.htm>

FIGURA 9: PIPELINES DE GÁS NATURAL NA UCRÂNIA

UKRAINE GAS PIPELINES



Source: World Energy Atlas 2008

Fonte:

<http://www.globalsecurity.org/jhtml/jframe.html#http://www.globalsecurity.org/military/world/ukraine/images/map-ukraine-pipelines1.jpg>|||Gas Pipelines - Ukraine Map

Outra estratégia também adoptada pela política externa russa para Ucrânia e para todas as suas ex-repúblicas, é de “aproveitamento das dependências”, e aqui a Ucrânia surge extremamente debilitada, pois depende em 70% do petróleo e em 90% do gás natural (Dias, 2014). Exemplos destas vulnerabilidades e dos sucessivos cortes energéticos foram as chamadas “Guerras do Gás”. Podemos considerar que a primeira “Guerra do Gás” aconteceu em 2005/2006. De acordo com Putin, a decisão de renegociar os preços do gás natural vendido à Ucrânia e de eventuais cortes no fornecimento, terá resultado precisamente do facto de os novos líderes ucranianos, pró-Revolução Laranja, procurarem uma aproximação ao lado Ocidental, ou seja, à UE e à NATO, pondo assim em causa os seus interesses na região (Figueiredo, 2012).

A Ucrânia viu assim, grande parte dos seus fluxos energéticos serem cortados em Janeiro de 2006 e, conseqüentemente a Europa também se viu privada de fluxos maiores, em pleno Inverno (idem). Confrontada com tais factos a UE acusou a Rússia de estar a usar *‘power politics’* como forma de manter pressão e manter a Ucrânia sob a sua influência (idem).

Apesar da realidade dos factos a Ucrânia manteve sempre uma postura desafiadora perante a Rússia, convencendo-se que poderia contar com o apoio Ocidental, do qual usufruiu durante a Revolução Laranja (Figueiredo, 2012). Mas contrariamente a essa convicção, a UE mostrou-se passiva e observante, considerando uma intervenção apenas no caso da sua economia energética evidenciasse sinais de colapso e apenas, limitando-se a apelar ao fim da tensão entre as duas partes (idem).

Em 2008, teve lugar a Cimeira UE-Ucrânia, resultando numa intensificação das relações de cooperação nos sectores económicos e energia e em Dezembro do mesmo ano a celebração de uma pareceria com os EUA, em domínios securitários e defensivos, o que claramente choca com os interesses regionais russos levando a um agravamento das relações (Dias, 2014). Neste sentido, em 2009, aconteceu uma nova ‘Guerra do Gás’, entre ambos países. A Rússia suspendeu novamente o fornecimento a 1 de Janeiro de 2009, por não chegarem a acordo sobre os preços a cobrar em 2009 e face a dívidas existentes (Lulko, 2009).

No entanto a Ucrânia não deixou de ter como objectivo a integração na UE (Cf. Anexo 10), e neste sentido, entre 2007 e 2011 foi negociado entre a UE e a Ucrânia um Acordo de Associação, que foi ratificado em 2012 e que incluía uma Zona de Comércio Livre, profunda e abrangente (Ministry of Foreign Affairs of Ukraine, 2012). No entanto, o

ano de 2012 foi de estagnação nas relações, devido ao rumo que o país levava desde a subida ao poder de Viktor Yanukovych (pró-Rússia) em 2010. Desde então a degradação política de Kiev foi sendo cada vez mais acentuada, sobretudo evidenciada pelo défice democrático e atropelo aos direitos humanos (Vieira, Melo, 2013). Também as medidas positivas por parte da UE, sobretudo económicas, servindo de base de incentivos e aproximação, foram alheias ao interesse do executivo ucraniano. Face a isto, Bruxelas adiou também a assinatura do Acordo de Associação em 2012 (idem).

De facto, é precisamente com Viktor Yanukovych no governo que aconteceu a ‘Crise da Ucrânia’ de 2013. Esta crise teve origem no facto do Presidente suspender em Novembro de 2013 as negociações do Acordo de Associação com a UE. Isto levou a que milhares de cidadãos ucranianos pró-UE saíssem para a rua para manifestando o seu desagrado com a decisão, concentrando-se na praça de Maidan. No entanto, a estas manifestações juntaram-se os cidadãos pró-russos, que apoiam a ligação da Ucrânia à Rússia, levando ao escalar das tensões em todo o país, principalmente na região Leste do país, onde se encontra a maioria da população pró-russa, devido à sua origem. Face a estas circunstâncias, a Rússia tomou uma posição mais assertiva, anexando a península da Crimeia em Março de 2014 (Bbc, 2014).

Sergey Saluchev afirma que a demonstração de apoio por parte dos governos ocidentais a Kiev foi completamente desorganizada e extremamente provocativa e isto constituiu uma interferência não penetrada nas questões políticas internas de um país soberano. Em suma, considera também que as reviravoltas diplomáticas inimigas criaram uma percepção do papel instrumental do Ocidente nos bastidores dos protestos anti-governo em Kiev (2014).

Neste sentido, e ao identificar-nos com esta afirmação, consideramos que os acontecimentos na Ucrânia, resultaram também de uma grande imprudência por parte da UE devido à sua aproximação à Ucrânia através de um Acordo de Associação, sem considerar os eventuais riscos dessa abordagem, face à Rússia e ao seu espaço privilegiado. Quando o conflito começou a alastrar para o resto do país (sobretudo a Leste) e a consequente anexação da Crimeia, a UE não conseguiu tomar uma decisão efectiva relativamente a Ucrânia.

É necessário ter em consideração, a nosso ver, que dentro da própria UE, no que se refere à Política Externa (na nossa visão não é definida nem clara), os vários EM

divergem em matérias de segurança e defesa, porque cada um tem a sua própria agenda de política externa que definem em função dos seus próprios interesses nacionais e objectivos que, por vezes, não convergem com os dos seus parceiros europeus.

Tapiola afirma que a política externa da UE é recente, e que Bruxelas no papel de líder do pensamento estratégico continua fraca. Também na sua perspectiva, as decisões políticas são impulsionadas por cada estado-membro individualmente e considerado pelos seus interesses nacionais, o que depois suscita divergências no seio da Política Externa da UE (2013).

Na perspectiva de Mielniczuk o principal inimigo da Ucrânia é constituído sem dúvida pelas questões identitárias. O autor considera que os principais problemas entre a Ucrânia e a Rússia desde o fim da Guerra Fria são sempre tratados em ambiente de tensão. O autor refere também que “a existência de uma forte diáspora russa no território ucraniano, ou seja, que gozam do status de minoria étnica, e isto causava receio à Ucrânia, pois esta última via a possibilidade da Rússia utilizar esta questão como estratégica para criar uma guerra civil e para ter ingerência nos seus assuntos internos” (2006: 225).

O autor também considera o facto de que “se tornaria mais fácil para a Rússia incorporar as regiões ucranianas com população russa no seu território” (idem). De facto, podemos constatar que a sua perspectiva a Leste e na Crimeia se confirmou, através dos recentes eventos no território ucraniano. Esta questão veio a verificar-se pelo facto de que a Rússia utilizou o argumento de protecção de minorias étnicas para a destabilizar internamente e anexar a Crimeia (Salmón, Rosales, 2014). A diáspora russa na Ucrânia é representada por 25 milhões falantes de russo, 10 milhões de cidadãos de origem russa, sendo que na península da Crimeia, 70% da população é de origem russa (McLaughlin, 2014).

Neste sentido, Moscovo procura criar um sentimento anti-Ucrânia, (que foi possível e é aceite nas regiões do Leste ucraniano, em Doneskt e Lubansk, onde se encontra maioria da população de origem russa e que têm sentimentos de repulsa da sua origem ucraniana, com a qual não se identificam) (idem). Não só as elites, mas também os próprios cidadãos ucranianos permanecem divididos quanto a uma futura orientação do país, pois enquanto a parte Leste apoia uma aproximação e o refortalecer de laços com a Rússia, a parte Ocidental apoia a integração nas organizações ocidentais. Como

resultado disto, a política externa da Ucrânia permanece inconclusiva e sem um sentido de orientação específico (McLaughlin, 2014).

A Crimeia tornou-se parte do território ucraniano em 1954, quando o Presidente Nikita Kruchchev ofereceu a península à Ucrânia (Global Security, 2016). Mas é essencial referir que esta península sempre foi um dos problemas entre a Rússia e a Ucrânia. No início de 1992, tensões étnicas na península levaram várias organizações políticas pró-russas a defender a separação da Crimeia e a sua anexação à Rússia. Ainda em 1992, o Presidente Kravchuk (ucraniano) manifestou a sua disposição em deixar à Crimeia o controlo de toda a "propriedade territorial" na península. A República da Crimeia recebeu um estatuto especial, com uma autonomia considerável nos seus assuntos internos (idem).

FIGURA 10: PENÍNSULA DA CRIMEIA



Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26367786>

No entanto, e apesar de tudo, o Acordo de Associação foi assinado em 27 de Junho de 2014 e ratificado a 16 de Setembro do mesmo ano (European Council, 2017). O respectivo Acordo entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2017 (Cf. Anexo 11). A UE é o maior parceiro comercial da Ucrânia, representando mais de um terço do seu comércio, durante os primeiros 9 meses de 2015, 32,9% de todos os produtos ucranianos exportados foram para a UE, enquanto 39,1% dos produtos importados pela Ucrânia foram provenientes da UE (European External Action, 2016). É também a sua principal fonte de investimento directo estrangeiro (idem). Outro factor que torna a Ucrânia atractiva é o facto de esta oferecer um mercado de aproximadamente 45 milhões de consumidores, bem como representa 70% das terras aráveis da Europa (Tapiola, 2013).

Por parte da Rússia, esta indica-nos no *Foreign Policy Concept of Russian Federation 2016*, em relação à Ucrânia: “Russian Federation is interested in developing political, economic, cultural and spiritual ties with Ukraine in all areas on the basis of mutual respect and commitment to building partnership relations with due regard for Russia’s national interests. Russia undertakes to make every effort to promote political and diplomatic settlement of the internal conflict in Ukraine in cooperation with all the interested States and international agencies” (2016).

O facto é que guerra na Ucrânia já vai no terceiro ano, o conflito permanece sem fim à vista e já provocou 9700 vítimas mortais e tendo deixado 21 mil pessoas feridas (Euronews, 2017). Verificam-se trocas de acusações e aumento das tensões entre Kiev e as suas forças por um lado e os separatistas pró-russos pelo outro. As duas facções acusam-se mutuamente de perpetuarem os conflitos e das perdas pesadas que têm vindo a sofrer (idem).

Na nossa perspectiva, a UE tem encontrado novos desafios, como por exemplo a actual crise migratória (refugiados), e mais uma vez têm ficado amplamente evidentes as dificuldades em conseguir tomar uma decisão ou dar uma resposta efectiva à questão uma vez que os EM não conseguem ter uma voz comum nesta matéria. As questões económicas e financeiras têm estado também no topo da agenda, assim como a ascensão da extrema-direita nas intenções de voto, têm constituído novos desafio para a Organização. Os sucessivos ataques terroristas podem também ser considerados novos desafios na agenda europeia, uma vez que tem suscitado o terror e posto em causa a segurança interna dos EM.

O Brexit é talvez o mais recente e importante desafio com o qual a UE tem de lidar. A saída do Reino Unido vem constituir um problema ao nível económico, financeiro e até securitário na EU que poderá ser percecionado Moscovo como um sinal positivo, uma vez que isto constitui um enfraquecimento da Organização.

Por outro lado, também a NATO pode ser vista como um novo desafio para a Europa devido à crescente pressão exercida pelos EUA sobre os seus EM europeus no sentido de cumprirem as metas estabelecidas pela Organização de investimento de 2% do seu PIB em defesa. Note-se que os EUA sempre foram os principais responsáveis pela segurança europeia, sendo que os Estados europeus sempre dependeram muito do apoio

americano. No entanto, com a intenção americana de direcionar a sua atenção para a Ásia- Pacífico (onde a China se está a tentar afirmar) e evidente que os EUA pretendem que os EM europeus assumam mais responsabilidade na garantia da sua própria defesa e segurança.

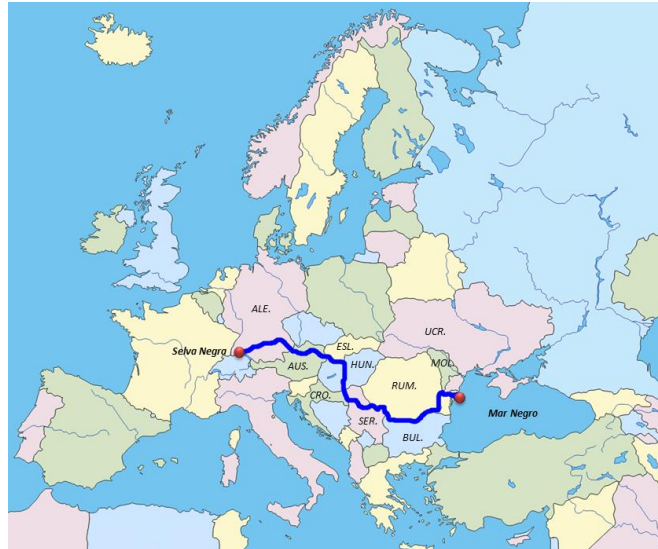
Consideramos, neste contexto que crise a Ucrânia e a consequente anexação da Crimeia foram um novo aviso para o reforço militar dos membros e demonstrou a incapacidade defensiva europeia. De facto, a questão dos cortes sucessivos por parte dos EM vem realçar a preocupação relativamente à sustentação da Organização e do seu futuro. Este desinvestimento na defesa é sentido no seio da própria UE, uma vez que o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) é limitada pela falta de consenso por parte dos Estados para se poder desenvolver, ou seja, os Estados não querem abdicar da sua soberania relativamente à defesa e à segurança, o que condiciona a utilização dos meios de forma conjunta e consolidada.

Ainda relativamente a esta questão, defende-se que a própria UE deveria ter o seu próprio exército (Sousa, 2015). No entanto, se os EM não demonstram vontade política de mobilizar os meios para intervenções e se têm reduzido o orçamento de defesa, como iriam sustentar um exército europeu? É necessário também ter em conta as várias políticas externas, as suas linhas de orientação e os estatutos dos estados (neutrais ou não) (idem). Embora os EUA sejam apologistas de um investimento na PCSD, pela UE, como uma forma de partilharem os encargos securitários europeus, por outro lado, existe um certo receio de que esse novo braço armado na Europa possa ser vir a tornar-se uma alternativa à NATO ou uma oposição (Sousa, 2015).

A eleição de Donald Trump nos EUA também deixa, igualmente, em aberto o futuro das relações entre a Rússia e os EUA, e o que daí poderá resultar para a Europa. No entanto e de acordo com Parlamento Europeu, a crise humanitária e a situação militar na Ucrânia vão continuar prioritárias para a UE durante o ano de 2017. Com a entrada em vigor da componente de comércio livre do Acordo de Associação entre a Ucrânia e a UE a 1 de janeiro de 2016, o país deu um passo em frente no longo caminho da integração europeia. Mesmo após a revolução “EuroMaidan”, a anexação da Crimeia por parte da Rússia e os conflitos no Leste do país, continuam a enfrentar um futuro incerto, destacando-se os graves problemas económicos e uma sociedade profundamente dividida (Parlamento Europeu, 2016).

Muitos eurodeputados apelaram à UE para garantir a implementação dos Acordos de Minsk, que consistem no acordo de cessar-fogo e fim dos conflitos no leste ucraniano, sob monitorização da OSCE (idem). Também foi apelado pelos eurodeputados e o prolongamento das sanções à Rússia e o possível para evitar que esta guerra se torne num “conflito congelado” (Parlamento Europeu, 2016).

FIGURA 12: RIO DANÚBIO



Fonte: <https://www.saberespractico.com/geografia/rios/donde-esta-el-rio-danubio/>

FIGURA 13: AUMENTO DA PRODUÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO NO MAR CÁSPIO



Fonte: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=12911>

Outra razão apontada é o facto de se interligarem três blocos no Mar Negro, o bloco Euro-Atlântico, o bloco Russo e o bloco Islâmico (idem). O Mar Negro ao longo dos dois últimos séculos (XX e XXI) tem vindo a desenvolver a sua importância estratégica e isto deve-se a três factores: a mudança da balança de poder entre os Estados europeus e os impérios ou Estados Eurasiáticos; as ambições dos pequenos estados e os efeitos directos nas populações, bem como o estatuto da região como um ponto de trânsito para as mercadorias nas rotas do comércio global entre leste-oeste e norte-sul (King, 2008).

As últimas duas décadas do século XX começaram por ser complicadas na região, com início em 1991 com a queda do ‘sistema socialista’, e com o surgimento de novos ‘jogadores’ na região, como a Geórgia e a Ucrânia (Kólossov, 2014). Também países como a Moldávia, Arménia e Azerbaijão, não usufruem de saída directa para o mar, mas considera-se que historicamente estão muito ligados a esta região (idem).

A região passou por períodos incertos de guerras, mudanças de fronteiras, conflitos étnicos, crises políticas e económicas nas duas últimas décadas (Vlad et al. 2009).

Considera-se também que a estrutura geopolítica da região é marcada por duas dinâmicas: a primeira é a da substituição da influência russa pela americana (que, por sua vez, entrou em concorrência com as ambições da França e da Alemanha, os dois motores principais da UE); a segunda dinâmica corresponde à emergência de eixos energéticos que ligam o petróleo e o gás natural da Ásia Central e da região do Mar Cáspio com os Balcãs e a UE (idem).

A UE reconheceu, mais uma vez, a importância estratégica da região do Mar Negro em 2007, no contexto da adesão da Roménia e da Bulgária à Organização e neste contexto, o Mar Negro tornou-se parcialmente um mar interno da UE (Aurescus, 2011). No entanto, também estas aproximações do lado Ocidental ajudaram a alimentar o desejo de domínio de influência na Eurásia por parte da Rússia (King, 2008). Por isso, podemos considerar também as competições pela influência na região.

O mapa (Figura 14) assinala os diferentes actores na região e de que modo estes poderão convergir ou existir um choque de interesses.

FIGURA 14: CONVERGÊNCIA DOS DIFERENTES INTERESSES NO MAR NEGRO



Fonte: <http://newstrategycenter.ro/research-programs/>

(Adaptado pelo autor)

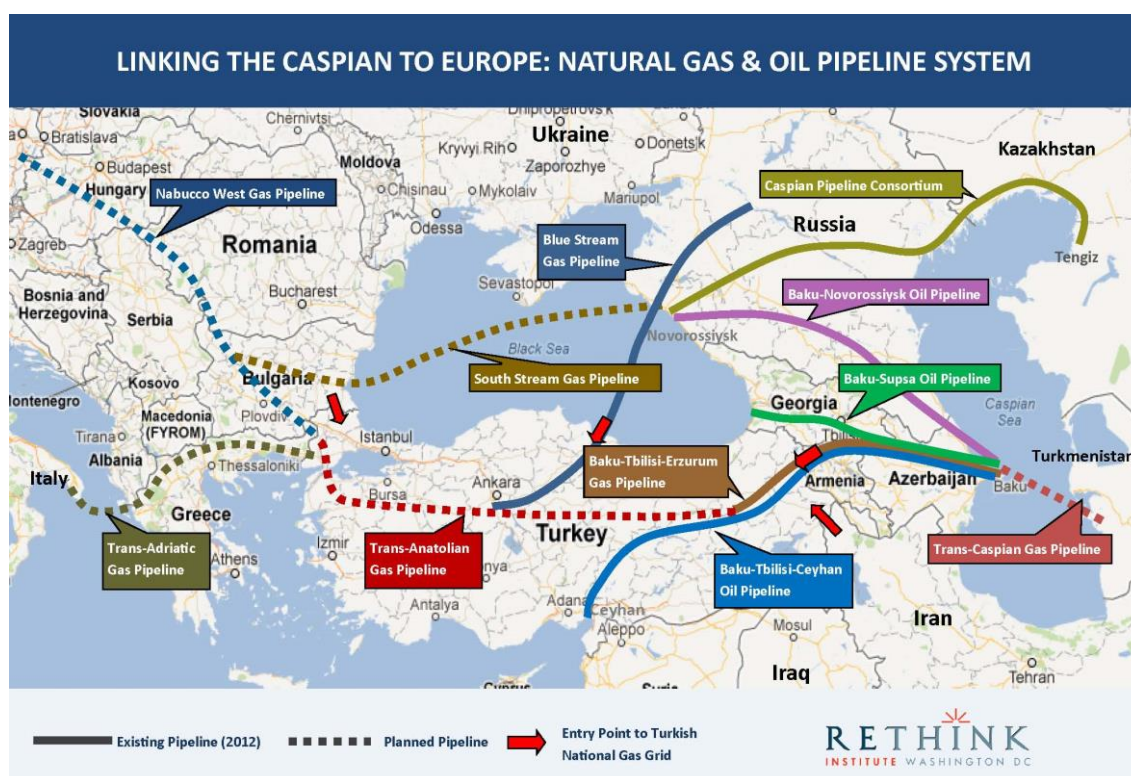
O Mar Negro assegura também a ligação ao mar Mediterrâneo, através do estreito do Bósforo e dos Dardanelos, ambos controlados pela Turquia, que não só é membro da NATO, como beneficia das condições definidas pelo Tratado de Montreaux de 1936 (Salavrakos, 2011).

A Convenção de Montreaux consiste num Tratado que confere à Turquia o controlo dos estreitos referidos. Este Tratado permite também à Turquia o controlo dos navios beligerantes não turcos e a imposição de restrições a estes (Republic of Turkey, Ministry of Foreign Affairs, 2011). Os estreitos já referidos, são considerados ‘key positions’ pois asseguram a ligação do Mar Negro ao Mar de Mármara, permitindo a navegação de um ‘mar bloqueado’ para os oceanos mundiais (Bobostini, 2009).

o Turquemenistão de gás natural. O Mar Negro é, por tudo isso, uma das mais económicas vias de transporte marítimo dos recursos provenientes destes estados para a Europa.

Os pipelines da era soviética azeri e cazaque, transportam este petróleo, sendo que o último termina no porto de Novorossiysk no nordeste do Mar Negro (idem). No entanto recorrer exclusivamente à opção Novorossiysk, perpetua o monopólio tradicional da Rússia sobre as rotas de transporte de recursos energéticos e, ao mesmo tempo reforça a influência e o controlo político sobre estes estados. Isto resulta na preocupação das lideranças nacionais (Baku-Astana-Ashgabat), que são apoiadas pelos EUA, para a diversificação de rotas de transporte (Sezer, 2000).

FIGURA 16: LIGAÇÃO DO MAR CÁSPIO À EUROPA (VIA PIPELINES)



Fonte: <http://www.rethinkinstitute.org/linking-the-caspian-to-europe-repercussions-of-the-trans-anatolian-pipeline/>

As principais características geopolíticas da Crimeia:

Para compreender a importância da Crimeia, torna-se fundamental destacar os seus factores geopolíticos. A Crimeia é uma península de 26.200 km² que está ligada ao continente europeu pelo istmo de Perokop – 5 a 7 km de largura – e é banhada pelos mares Negro e de Azov. A sua costa é pródiga em baías e portos que abrigavam a Frota marítima da extinta URSS no Mar Negro (Castro, 2014).

Após a independência da Ucrânia em 1991, a esquadra foi então dividida entre a Rússia e a nascente Marinha da Ucrânia em 1992. A importância estratégica da península para instalação e manutenção de bases navais de ambos os estados é crucial. No entanto, para os russos surgiu uma complicação: a saída da sua força naval para mares quentes via Mediterrâneo, de evidente interesse vital, passa pelo controlo de outro Estado. As tensões decorrentes começaram a diminuir em Maio de 1997, após a ratificação do Tratado de Amizade, Cooperação e Associação, assinado entre a Federação Russa e a Ucrânia (TheatresUN, 1997).

Os factores económicos mais importantes da Crimeia são a indústria do turismo, uma das principais fontes de rendimento da península, que atrai 6 milhões de turistas por ano, sendo que 70% são ucranianos e 25% russos (RT, 2014). O facto de a Crimeia se ter tornado parte da Rússia, significa que poderá atrair mais turistas russos, cujo rendimento per capita é três vezes superior ao ucraniano (idem). Também, os campos de gás natural situados no sul do Mar Negro são de extrema importância, uma vez que a sua extração pode significar uma capacidade de 7 milhões de toneladas de produção anual (idem).

O interesse pela Crimeia deve-se também ao facto de a mesma possuir características que a tornam atraente para a concretização de objectivos de interesse nacional de diversos actores, Gerald destaca as seguintes:

- É uma “torre de controlo” localizada na confluência de algumas das principais regiões geopolíticas, do tempo presente: os Balcãs, Europa de Leste, Ásia menor e perto da “zona quente” do Médio Oriente;
- É um ‘hotspot’ naval estratégico, quer do ponto de vista defensivo e quer ofensivo da Rússia perto da NATO;

- Pode ser considerada como um ponto de controlo dos países fronteiriços com saídas para o Oceano;
- Está incluída na proposta de rotas de trânsito energético provenientes do Cáspio e da Ásia Central para os consumidores ocidentais;
- É o caminho mais curto da Rússia para o Sul e depois para o Leste (através do Canal do Suez) e para a costa Norte-Africana, sendo também a única forma de acesso daquela aos "mares quentes" (exemplo: Mediterrâneo e Oceano Índico);
- Mantém os interesses dos atores (os tradicionais 'players' e os 'players' emergente) no palco da geopolítica mundial;
- É considerada como '*sea bastion*' e um '*well anchored*' porta-aviões, cercada por forças navais prontas para a acção (forças navais russas);
- A Crimeia é o ponto de partida para a projecção de influência da Rússia na região (2010).

FIGURA 17: LOCALIZAÇÃO DA CRIMEIA



Fonte: <http://www.worldatlas.com/aatlas/infopage/blacksea.htm>

2.2 A Crimeia e a União Eurasiática

David Sarkisyan refere que a valorização da identidade Eurasiática por parte da Rússia surgiu na sequência da perceção da UE como um concorrente geopolítico e ideológico (House of Lords, 2014). Assim a Rússia, bloqueou qualquer Acordo de Associação com a Arménia e aumentou as pressões económicas e políticas por exemplo na Moldávia e na Ucrânia (Sarkisyan, 2015).

Podemos considerar que a Crimeia é igualmente fundamental para as pretensões russas na Eurásia, que de acordo com Cornell, “Though separated by the Black Sea, the fate of Ukraine and the countries of the South Caucasus is intimately connected; They are both central to Vladimir Putin's dream of a "Eurasian" empire, stretching from Belarus to Tajikistan. Without Slavic Ukraine, there can be no real Eurasian union. Without control over the South Caucasus corridor, Russia can't secure the Caspian Sea and Central Asia” (2014:1).

Também Vilmer afirma: “Il pratique pourtant le messianisme russe : l’eurasisme, qui sert de vernis idéologique à la reconquête de l’étranger proche dont l’annexion de la Crimée est une première étape, et toute la propagande de cette dernière année exploitent une vieille certitude, ancrée dans l’inconscient russe, celle d’être un peuple à part, à la mission universelle...” (2015: 7).

Para reforçar ainda mais estes argumentos, também Salmón e Rosales, referem que “um dos pilares da política externa russa é precisamente recuperar os territórios da Ex-União Soviética e forjar as alianças paralelas com a UE, e para isso, a Rússia equacionou a criação da UEE com a Bielorrússia e o Cazaquistão. A anexação da Crimeia constituiu o primeiro passo fundamental para o seu posicionamento ao nível internacional” (2014: 189).

Neste sentido, é muito importante o contributo de Brzezinski que afirmou muito antes dos acontecimentos de 2014: “Ukraine, a new and important space on the Eurasian chessboard, is a geopolitical pivot because its very existence as an independent country helps to transform Russia. Without Ukraine, Russia cease to be a Eurasian empire” (1997: 46).

Face a esta análise podemos considerar o pensamento de Halford Mackinder (1861-1947), nomeadamente a sua tese de 1904 ‘recuperando’ o seu ponto de vista sobre a Eurásia, a grande massa continental que designava como a Área Pivot (espaço russo-

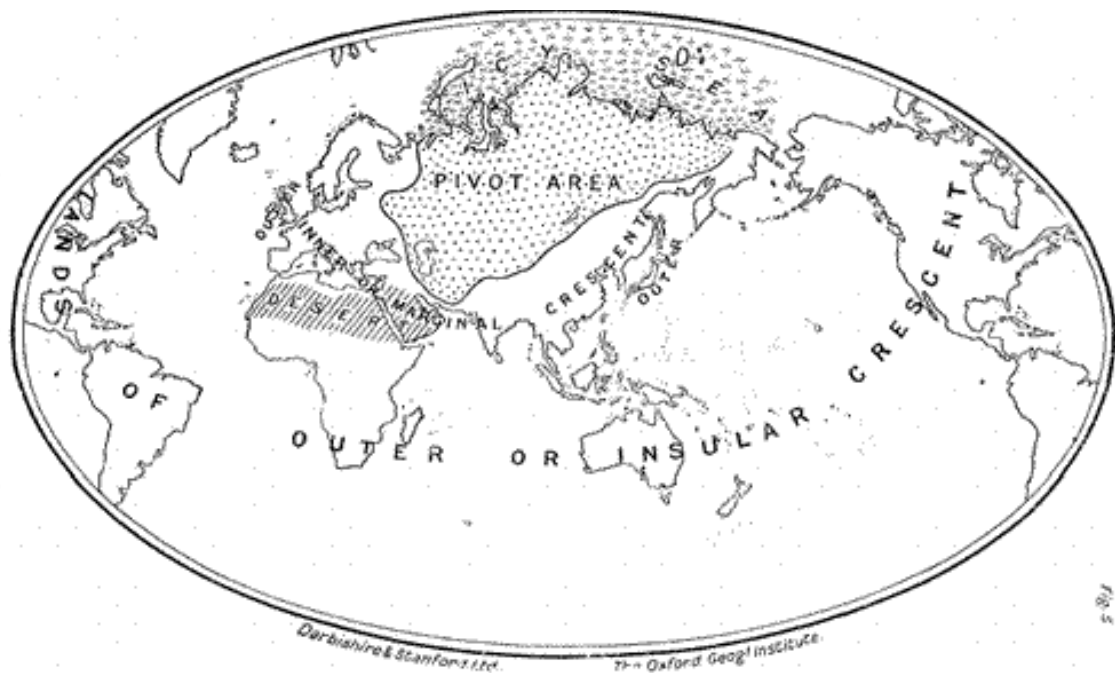
asiático) e relativamente à qual equacionava o impacto do seu controlo por uma potência continental (1904). Em 1919 reforçou esta convicção, ao qual acrescentou a teoria do Heartland, para além da Eurásia, o Norte de África (Saara), que considerava estar mais intimamente relacionado com a Europa e a Ásia, designando o conjunto daquela massa territorial como “Ilha Mundial”. Considerava ainda que para controlar o Heartland era necessário o controlo da Europa de Leste. Segundo Mackinder “Who rules the East Europe, commands the Heartland; who rules the Heartland, commands the World-Island; who rules de World-Island, commands the World” (1919: 106).

Por sua vez, Nicholas Spkyman (1893-1943) apresenta-nos a teoria do ‘Rimland’, esta consiste na sua visão de que a Eurásia é uma região intermédia situada entre o “heartland” e os mares marginais (1969:41). A região da Eurásia de acordo com a sua perspectiva funciona como uma ‘zona tampão’ de conflitos entre o poder terrestre e o poder marítimo (idem).

Nicholas Spykman remete-nos também para a concepção de Mackinder que na perspectiva deste último, o ‘inner crescent’ do ‘Rimland’ consiste em três secções: As terras costeiras europeias; o deserto Árábico e do Médio Oriente; e a Ásia das monções (1969:40). Continuando com os contributos de Spykman, ele discorda com a afirmação de Mackinder: “...Who rules de World-Island, commands the World” (1919: 106), para Spykman: “Who controls the Rimland rules the Eurasia; Who rules Eurasia controls destinies of the world” (1969: 43).

Neste contexto, Spykman refere também o facto de que Mackinder em 1943, numa nova expressão sobre o Heartland, reconhece a importância do Rimland (1969) (Cf. Anexo 12).

FIGURA 18: VISÃO DO MUNDO (MACKINDER E SPYKMAN)



Fonte:

http://www.exploringgeopolitics.org/publication_boon_von_ochssee_timothy_mackinder_and_spykman_and_the_new_world_energy_order/

Assim, é também importante referir outro contributo de Halford Mackinder, sobre o 'Midland Ocean', teoria desenvolvida em 1943, a qual nos remete para a importância do Atlântico Norte e as zonas ribeirinhas para o facto de o continente americano dispor de potencialidades suficientes para o domínio do Heartland (1943). Além disso faz uma apreciação sobre os mares subsidiários, que estão relacionados com as zonas ribeirinhas: Mediterrâneo, Báltico e das Caraíbas (idem).

Aplicando as teorias no Sistema Internacional Político actual, João Churro considera que no fim da URSS em 1991, a Rússia ficou seriamente afectada economicamente, pelo que foi começando a entrar em decadência sendo que os seus recursos financeiros não lhe permitiram uma renovação das suas Forças Armadas, quer em termos militares no terreno, como nas suas frotas marítimas, levando até mesmo ao abandono de algumas bases navais (2013). Além disso, não tinha capacidade para competir com os avanços tecnológicos americanos, o que não lhe permitiu consolidar uma lógica de

confronto/ competição com os adversários ocidentais na sua busca de afirmação tanto como potência marítima como mera potência continental (idem).

Ainda de acordo com o autor, a Rússia perdeu todas as bases fora do seu território, à exceção de Sebastopol na Crimeia (Ucrânia) que se manteve na posse da marinha russa. As restantes estão sediadas em Baltiysk (Báltico), Vladivostok (Frota do Pacífico) e Severomorsk (Frota do Norte, sendo que ainda se pode considerar a base de Astrakhan que acolheu a Flotilha do Mar Cáspio (idem).

O Mar Báltico está rodeado de países mais próximos das potências ocidentais, bem como de membros não só da UE como da NATO, pelo que não é tão vantajoso para a Rússia como o Mar Negro que se rodeia de países que estão sob a sua influência (mais concretamente a Geórgia e a Ucrânia) (idem). A costa litoral russa no Mar Negro é muito superior à mesma no Báltico, e as condições climatéricas também são mais favoráveis à navegação no Mar Negro, uma vez que não está no Circulo Polar Ártico, onde persistem temperaturas baixas e fraca visibilidade e formação de gelo como o último (idem). No entanto, se a região do Mar Negro não estiver controlada está suscetível a ataques marítimos por parte das potências ocidentais (idem).

Na nossa visão, a análise de José Simões parece enquadrar-se nos potenciais de domínio do ‘*Heartland*’, por parte da Rússia. O autor considera que foi aberto o precedente necessário para destabilizar e dominar o Leste e Sul da Ucrânia para a reconstrução da “Nova Rússia” ao manter uma Ucrânia fraca e, se necessário, “ingovernável” de forma a assegurar a sua dependência, e recuperando os meios necessários para a Rússia se tornar um Estado imperial poderoso, influenciando a Europa e a Ásia (2015).

Estas palavras remetem-nos para um outro facto: o de que a Rússia ao estabelecer uma relação bilateral mais forte com a China e garantir o seu domínio na Ásia Central, pode usufruir de um domínio forte na Eurásia. De facto, ambos os Estados parecem aceitar os projectos que separadamente têm para a região da Ásia Central. Por um lado, a Rússia pela UEE, e por outro a visão chinesa e o plano de criação da “Silk Road Economic Belt” (Cinturão Económico da Rota da Seda), que irá ligar a China ao Médio Oriente e à Europa pela Ásia Central (idem).

Ainda de acordo com o autor, os EUA têm estado particularmente atentos à visão geoestratégica de Brzezinski de incentivo ao domínio da Eurásia (Ilha Mundial) – com base na teoria geopolítica do ‘*Heartland*’ de Mackinder – procurando impedir a sua concretização. Para tal, têm manter a Ucrânia longe da Rússia, o que se torna

fundamental porque aquela constitui o centro geopolítico da região e daí que sem a Ucrânia, a Rússia deixa de ser um império. Neste contexto, considera que a Ucrânia constrói ou destrói a própria imagem da Rússia (idem).

CAPÍTULO III – UMA NOVA ORDEM SECURITÁRIA?

3.1 Questões Securitárias

3.1.1 Rússia

O Mar Negro é uma direcção tradicional da expansão russa (Gosu, 2015). A primeira direcção de expansão para a fundação do Império Russo por parte de Pedro, O Grande, foi em direcção a sul, às margens do Mar Azov e Mar Negro, bem como em direcção à Crimeia (idem). Em 1771 Catarina, a Grande, ocupou a Crimeia anexando-a ao território russo em 1783.

Passados mais de 200 anos, a região do Mar Negro continua a ser uma das prioridades políticas e militares dos russos (idem). O acesso ao mar é limitado pela sua geografia, de modo que os portos nos mares do Norte e Sul, que a levam às águas mais extensas e profundas, são cruciais (Yuhás, Jalabi, 2014). A península tem uma relevância estratégica significativa, uma vez que permite não só ter a sua frota marítima estacionada no Mar Negro, como também lhe garante o acesso aos mares quentes, mais propriamente ao Mediterrâneo e ao Oceano Índico, que são importantes para o comércio e por razões geopolíticas (Gorenburg, 2014).

FIGURA 19: ACESSO DA CRIMEIA AO MAR MEDITERRÂNEO



Fonte: <http://www.marineinsight.com/know-more/8-amazing-facts-about-the-black-sea/>
(Adaptado pelo autor)

FIGURA 20: ACESSO AO OCEANO ÍNDICO (VIA MAR MEDITERRÂNEO)



Fonte: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3216015/Swarms-stinging-jellyfish-Indian-Ocean-invading-beaches-Eastern-Mediterranean-Suez-Canal.html>

A anexação da Crimeia constitui assim uma importante alteração na geopolítica regional, sobretudo na região (Gosu, 2015). De acordo com pensamento teórico neorealista, a lógica da acção é dirigida para a aquisição, manutenção e aumento do poder, seja através de acesso aos recursos ou através do desenvolvimento da capacidade de exercício de influência (Santos, Ferreira, 2009).

Do exposto até aqui conclui-se que a soberania da Ucrânia é um fenómeno tão negativo para a geopolítica da Rússia que se apresenta como conflito armado, sempre latente. Em face disto, é absolutamente imperativo para Moscovo assegurar o controlo absoluto da geopolítica do Mar Negro, para poder garantir o seu poder desde a Ucrânia até à Abkhazia, e por esse facto, a costa norte do Mar Negro tem que ser exclusivamente eurasiática e estar sob o controlo centralizado de Moscovo (Gosu, 2015).

FIGURA 21: ZONA DE INFLUÊNCIA RUSSA



Fonte: <https://www.britannica.com/place/Black-Sea> (Adaptado pelo autor)

FIGURA 22: ABCÁSIA (GEÓRGIA)



Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-europe-18175030>

É importante referir, ainda, que a base de Sebastopol foi fundamental para a acção militar russa, na Guerra da Geórgia em 2008, pois a partir da sua frota no Mar Negro conseguiu transportar tropas e concretizar um bloqueio contra a Geórgia (Shwartz, 2014). É por isso que podemos considerar que a base de Sebastopol é um ponto de partida para o controlo da Ucrânia e da Geórgia tendo em conta o poderio aéreo russo (Stratford, 2008).

Na perspectiva de Treisman, as razões que levaram a Rússia a tomar esta posição tão assertiva, são as seguintes:

- A operação realizada na Crimeia, serviu para salvaguardar que a Ucrânia não se juntasse à NATO, e que esta por sua vez, não expandisse a sua influência para a correspondente fronteira ocidental conseguindo, desde modo, evitar a retirada da frota marítima russa da base de Sebastopol (2016). Assim, se a Ucrânia aderisse à NATO, e como já referimos anteriormente, o receio desta base vir a ser utilizada por forças ocidentais seria demasiado inquietante para a segurança da Rússia. Na verdade, é indiscutível que a NATO é um actor significativo na região do Mar Negro e por isso torna-se fundamental para a Rússia evitar o alargamento daquela organização pelo que a sua estratégia passa por melhorar o “escudo de segurança” em países como a Geórgia e a Ucrânia, que tiveram boas possibilidades de se tornarem membros da UE (e NATO) antes da crise da Ucrânia (Girgin, 2015).

- Outra razão para a anexação da Crimeia, é o que o autor designa de "Putin como imperialista", ou seja, significa a recaptura gradual dos antigos territórios da URSS para a expansão de fronteiras e com isto recuperar o seu estatuto de prestígio perdido no pós-Guerra Fria (2016).

À data da crise, Moscovo estava em negociações com a Ucrânia para a permanência da frota marítima no porto de Sebastopol até 2042. No entanto, ao anexar a península a Rússia assegurou o controlo total da base naval e também tornar-se o Estado mais importante da região do Mar Negro, e com isto, também assumiu total liberdade para por em prática as suas ambições e desejos de reforçar a militarização da península (Dubovyk, 2016). Assim, é expectável que a frota russa estacionada em Sebastopol irá agora modernizar-se mais rapidamente (Trenin, 2014).

O acelerar da militarização na península, com recurso ao aumento de forças terrestres e aéreas e com a presença de forças de ataque conjuntas significativas (que parecem ser mais ofensivas do que defensivas) foi iniciado pela Rússia (Dubovyk, 2016). Moscovo planeia gastar 151 biliões de dólares para modernizar a sua frota (Gosu, 2015). Com isto, a Rússia pretende transformar a Frota do Mar Negro numa força capaz de condicionar o acesso da NATO àquela região e projetar poder para ameaçar os interesses desta Organização também no mar Mediterrâneo e no Médio Oriente (idem). Exemplo disto parece ser o facto de a Rússia estar a investir nas suas capacidades militares no Mar Negro, apostando num programa de rearmamento de longo prazo

destinado a estabelecer uma zona anti-acesso/área-negação (Anti-Access/Area-Denial) (A2/AD) ou uma "bolha" sobre a região (Chong, 2017) (Cf. Anexo 13).

A Rússia também instalou na Crimeia mísseis balísticos Iskander, que alcançam uma larga porção da região do Mar Negro, incluindo a Ucrânia, Moldávia, Roménia e a Turquia (idem). O míssil Iskander foi especialmente concebido pela Rússia para perfurar o escudo anti-balístico norte-americano posicionado na Roménia e Turquia. Este míssil tem um alcance de 500km de distância, e neste sentido, importa referir que da Crimeia à costa romena do Mar Negro são 378km de distância (Vasilcolu, 2016).

a) Mar de Aзов e Estreito de Kerch

Outro aspecto que também poderá justificar a anexação da península é o facto de permitir a Moscovo expandir a sua influência no Mar de Azov e no Estreito de Kerch (Dubovyk, 2016). A este propósito, em Dezembro de 2003, merece destaque o facto de a Rússia e a Ucrânia acordarem que as águas do Mar de Azov e do Estreito de Kerch eram águas interiores sob a soberania total mútua e também a total liberdade de navegação para as suas embarcações civis e militares, excluindo quaisquer outras embarcações que dispusessem de bandeira de outro Estado (Ortolland, 2014).

A anexação da Crimeia pela Rússia levou a que a parte ucraniana no Mar de Azov ficasse agora cada vez mais restringida e conduziu ao surgimento de problemas de partilha dos recursos de hidrocarbonetos disponíveis nas suas águas (idem). O controlo russo de todo o Estreito de Kerch cortou praticamente o acesso da Ucrânia ao Mar de Azov, ficando apenas disponível a sua costa norte (idem). Como resultado disto, a Rússia tomou o controlo de ricos recursos de petróleo e gás na Ucrânia provocando um importante golpe nos ambiciosos planos da Ucrânia para eventualmente alcançar a independência energética (idem).

FIGURA 23: MAR DE AZOV E ESTREITO DE KERCH



Fonte: <http://www.worldatlas.com/aatlas/infopage/seaofazov.htm>

FIGURA 24: PIPELINES "CHAVE" NA UCRÂNIA

Key gas pipelines in Ukraine



Source: East European Gas Analysis, National Gas Union of Ukraine

Fonte: <http://www.bbc.com/news/business-26418664>

b) Turquia

Da estratégia de Moscovo relativamente ao Mar Negro, faz parte a Turquia. Torna-se fundamental para a Rússia manter relações cordeais com a Turquia, pois esta detém o controlo dos estreitos vitais (Dardanelos e Bósforo) que fazem a ligação entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo. Caso Ancara decide-se fechar os estreitos, restringiria o Mar Negro e limitaria capacidade de projecção de poder da Rússia para o exterior (Eurasianet, 2017).

É neste contexto, que enquanto os países ocidentais condenam as atitudes autoritárias de Erdogan (Presidente da Turquia) pelos sucessivos abusos contra os direitos humanos, Moscovo manteve-se sempre apoiante, recebendo louvor e gratidão por parte do Presidente turco (Bbc, 2016). Também se torna importante para Moscovo preparar uma estratégia que faça os laços entre a NATO e a Turquia enfraquecerem, e assim a Rússia conseguir manter uma ligação cordial com Ancara para benefício dos seus interesses (Chong, 2017). A nosso ver, o facto de a Turquia querer entrar para a UE e não receber uma resposta favorável há tantos anos, provoca uma certa revolta relativamente aos parceiros europeus, o que até já foi demonstrado por Erdogan em seus discursos, sendo um factor positivo para a Rússia para minar estas relações NATO/UE-Turquia.

c) Bulgária e Roménia

A Bulgária e a Roménia são igualmente, dois atores fundamentais no Mar Negro, ambos membros da NATO e da UE. No que se refere à Crise da Ucrânia, os dois assumiram posições idênticas relativamente a Moscovo, ou seja, condenaram as suas acções, considerando ilegais, não reconhecendo a soberania russa sobre a península (Gardner, 2016). O Presidente romeno Traian Basescu acredita mesmo que Moscovo esteja a tentar reconstruir a antiga União Soviética (idem). Por seu lado, Moscovo tem procurado subverter e enfraquecer a oposição anti-russa nos governos destes países. Para o efeito, há quem argumente que o Kremlin criou poderosos laços comerciais e apoia líderes e partidos políticos pró-russos em ambos os países (idem) (Cf. Anexo 14).

d) Síria

Muito importante é, ainda, o papel da Crimeia relativamente à Síria. As operações militares russas na Síria foram apoiadas pela presença naval no Mediterrâneo, vinda do

Crimeia enfatizaram que a noção de uma Europa unida e livre, baseada no compromisso compartilhado com os direitos humanos e liberdades, democracia e de estado de direito, bem como de liberdade e soberania para todos os estados europeus, está a ser mudada de uma maneira extremamente séria e perigosa (Averre, 2016). Importante também será referir o facto de que a Rússia, continua a ser, potencialmente, o Estado com mais poder na região do Mar Negro, e historicamente tem sido um elemento vital para a segurança europeia (idem). A forma como a Rússia se comporta na sua periferia poderá ser um teste para as suas intenções a longo prazo como antigo poder imperial (idem).

Ulrich Speck afirmou que: “The annexation of Crimea and the threat posed by Russian troops massing on the Russian side of the Ukrainian border are bringing what had been considered a thing of the past back to Europe: territorial conflict and the change of borders by force” (2014: 3). O autor considera, também, que os Estados europeus ao pertencerem à UE e à NATO estavam convencidos que tinham entrado numa era ‘pós-moderna’, e que o ‘hard-power’ viria a ser substituído pelo ‘soft-power’, e onde também o Direito Internacional Público viria a criar uma ordem de benefícios mútuos, mas, todos estes pressupostos estão a ser postos em causa (idem).

A anexação da Crimeia veio suscitar o receio por parte dos países Bálticos (Estónia, Letónia, Lituânia) de uma incursão por parte da Rússia nos seus territórios. Um dos factores que contribui para que essa ameaça se mantenha é geografia e as minorias russas pois os países Bálticos, a Polónia e a Moldávia partilham fronteiras com a Rússia e a Ucrânia, sem impedimentos naturais que os defendem (Cf. Anexo 15). Nos países Bálticos, em particular, as minorias russas são úteis para Putin, pois a geografia da planície a norte permitiu o fluxo de pessoas e a mudança de fronteiras ao longo dos séculos (mesmo a maioria dos falantes russos no Báltico terão sido deslocados para estes territórios durante o período soviético) (Kaplan, 2014). Note-se que desde o retorno de Vladimir Putin à presidência, o número de violações de fronteiras daqueles Estados, do espaço aéreo e das águas territoriais, aumentou significativamente (Larrebee et al. 2017).

Também o facto de a Rússia ao estar a acumular armas no enclave de Kaliningrado, na costa do Báltico, entre a Polónia e a Lituânia, e ainda ter intenção de construir uma nova base aérea no sul da Bielorrússia, faz com que estes Estados se sintam cada vez mais ameaçados pelas movimentações russas (Luce, 2016).

Estes países, devido às suas preocupações securitárias, pediram o reforço militar da NATO na região (idem). Na sequência da cimeira da NATO no País de Gales, nos dias 4 e 5 de Setembro de 2014, o líder polaco secundado pelos líderes dos países referidos argumentaram que a anexação da Crimeia e o esforço para destabilizar o leste da Ucrânia, alteraram fundamentalmente o ambiente de segurança existente e que perante isto são necessários ajustes na postura da força da NATO (idem).

Neste contexto, eles pressionaram para que a NATO disponibilizasse tropas de combate permanentemente nos seus territórios. No entanto, alguns membros e em particular a Alemanha contrapuseram que colocar tropas permanentes nesses territórios poderia ser interpretado pela Rússia como uma provocação (idem). Com todas estas movimentações, os estados Bálticos continuam vulneráveis às táticas russas de desestabilização (Stratford, 2014).

A principal meta para Moscovo será ‘minar’ a capacidade de defesa destes estados, bem como a respectiva soberania, integridade territorial (Luce, 2016). A agressão contra estes territórios pode ocorrer de várias formas. Seria através de uma ação de curto prazo e em grande escala para alcançar todas ou grandes partes dos países Bálticos; pode ser através do recurso de táticas semelhantes aquelas que foram aplicadas no leste da Ucrânia com o intuito de provocar insurgências; pode assentar num esforço para aproveitar uma pequena quantidade de território com população maioritária de língua russa (como por exemplo, Narva na Estónia, ou Daugavpils na Letónia) e o por último ser equacionado incursões limitadas e temporárias de pessoal militar russo para o espaço aéreo ou território do Báltico (Larrabee et. al. 2017).

Há quem defenda, noutra perspectiva, como Salushev, as acções russas na península não representam uma estratégia de expansão geopolítica sobre a Europa não põem em causa a balança de poder global (2014). Mas não deixa de ser interessante constatar que o mesmo autor considera que a anexação da península deve ser entendida pelos factores históricos e identitários (idem).

Em qualquer caso, a anexação da Crimeia e a destabilização do Leste da Ucrânia configuraram o desrespeito pelos princípios de inviolabilidade territorial e autodeterminação dos Estados soberanos, o que faz com que seja necessário reflectir sobre numa nova situação securitária na Europa (Laurinavicius et. al. 2014). Neste contexto, é importante reflectir sobre o papel da UE em face desta realidade, em

particular, se envolver EM, sobretudo na sequência da incapacidade até aqui demonstrada, de responder eficazmente aos acontecimentos na Ucrânia.

No entanto, considera-se que desde o fim da URSS, a integração dos russos étnicos não tem sido fácil, e isto deve-se ao facto de estes três países do Báltico recearem ser dominados culturalmente pelo seu vizinho. Neste contexto, os países adoptaram políticas que protegem as suas características nacionais, entre elas, a limitação do uso do russo nas escolas públicas e a criação de dificuldades na obtenção de cidadania (idem). Tais medidas foram contestadas por Moscovo, mas não se pode esquecer que foi perante o argumento de protecção das minorias russas que a Rússia interveio militarmente na Ucrânia em 2014 (idem).

Assim, a Rússia poderia levar a batalha atual sobre a Ucrânia para outros países ex-soviéticos. No entanto, as suas ações nos países Bálticos são limitadas. Apesar das grandes populações étnicas russas, nos países Bálticos, não são tão leais a Moscovo quanto os da Crimeia (idem).

FIGURA 26: DIÁSPORA RUSSA NOS PAÍSES BÁLTICOS



Fonte: <https://www.economist.com/news/europe/21599828-baltics-look-nato-protection-echoes-sudetenland>

Considera-se também uma pretensão por parte da Rússia minar a confiança destes estados relativamente ao Artigo 5º da NATO, referente à garantia de segurança (Segurança Colectiva) (Cf. Anexo 16) (NATO, 1949) e suscitar dúvidas sobre a vontade

da NATO em honrar o seu compromisso de defender os Estados Bálticos em caso de ameaça à sua segurança (Larrebee et al. 2017).

No entanto, os estados Bálticos têm outra vulnerabilidade perante o seu gigante vizinho, pois este é um parceiro comercial muito importante (Stratford, 2014). Note-se que de acordo com os dados do Nordea Bank de 2014, as sanções económicas aplicadas à Rússia por parte da UE, tiveram efeitos negativos principalmente nestes três Estados, pois os valores de exportações para a Rússia foram consideráveis em 2013, sendo que, a Lituânia representa 19,8%, a Estónia, 11, 4% e a Letónia 16, 2% (2014). Isto prejudicou o crescimento económico destes Estados, que ficou abaixo das expectativas esperadas para 2014, de 0,6% do PIB, à exceção da Lituânia que teve 0,81%, no entanto a Letónia ficou pelos 0,44% e a Estónia pelos 0,46% (idem).

Em relação às questões energéticas, torna-se importante referir que a Rússia em várias ocasiões já cortou o fornecimento de energia, bem como impediu o comércio transfronteiriço com o objectivo de prejudicar a economia destes Estados. Mas também é verdade que embora possa beneficiar destes movimentos a curto prazo, criando tensões entre os governos dessa região e as respectivas comunidades empresariais que desejam vínculos estáveis, essa estratégia fortalece igualmente a determinação, a longo prazo, destes estados no sentido de tomarem medidas que limitem a sua exposição à potência dominante, especificamente em termos de fornecimento energético (idem). A grande dependência a que têm estado sujeitos leva-os a tomar medidas e a usar outros terminais de gás natural liquefeito (um estará operacional em breve e enquanto outros ainda estão em fase de planeamento) juntamente com outras ligações de electricidade para se libertarem da pressão sobre aqueles territórios nos próximos anos (Stratford, 2014).

Temos o exemplo da Polónia e a Lituânia estarem a abrir novos terminais de gás natural e novas interligações para reduzir a dependência do poder de Moscovo, mais concretamente da empresa estatal Gazprom, ao mesmo tempo que procuram garantir a segurança no seu abastecimento e respectiva diversificação (Blank, 2016). Também a Letónia pondera a construção de novas infra-estruturas de armazenamento e aprovar nova legislação energética. Perante este cenário os russos são quem mais ficam prejudicados, o que contribui para um maior desagrado (idem).

O Mar Negro e o Mar Báltico são águas adjacentes tanto para a Rússia como para a NATO, proporcionando o acesso ao Oceano Atlântico a ambos os actores. Ambos os

portos de água quente (Kaliningrado e Sebastopol) e as frotas russas (Frota do Báltico e Frota do Mar Negro) estão envolvidos por membros e parceiros da NATO assim como, através de relações de cooperação com os parceiros (Geórgia e Ucrânia / Suécia e Finlândia), inclusive no campo marítimo, realidade que se intensificou significativamente nos últimos anos (Christova, 2016). No entanto, a cooperação prática civil e militar com a Rússia foi suspensa em Abril de 2014, após as acções assertivas desta na Crimeia (idem).

Apesar da importância estratégica de ambos os mares, existem diferenças consideráveis entre eles devido a abordagens e metas políticas da Rússia, da NATO e dos aliados individuais desta última serem diferentes (Christova, 2016).

CAPÍTULO IV – UMA NOVA ORDEM ENERGÉTICA?

4.1 Questões Energéticas

4.1.1 Rússia

O Mar Negro representa um valor estratégico para a Rússia, pois permite-lhe o controlo dos recursos energéticos no Cáucaso e em torno do Mar Cáspio (Stratford, 2008). Além disso, e na sequência da anexação da península da Crimeia, permite-lhe o acesso aos recursos energéticos inexplorados no Mar Negro (Biersack, O’Lear, 2014). Sendo que o volume estimado de gás offshore no Mar Negro, estão estimados entre 4-13 trilhões de centímetros de gás natural (Umbach, 2015).

a) Turkish Stream

Para além das questões anteriormente abordadas nesta dissertação, considera-se revelante destacar ainda que, um alargamento do território marítimo podia permitir à Rússia construção de um novo oleoduto que ramificasse do South Stream até à Crimeia (idem). No entanto, o projecto do South Stream foi substituído pelo Turkish Stream pipeline, anunciado pelo Presidente turco Recep Erdogan e o russo Vladimir Putin em Dezembro de 2014 (De Micco, 2015). Esta substituição de projectos deve-se o facto de o South Stream se ter tornado um ponto de discórdia na UE pois considera-se contraditório e não compatível com os regulamentos do “Third Energy Package”, cujo o objectivo é tornar o mercado energético totalmente efectivo e criar um mercado único dentro da UE de gás e electricidade (European Commission, 2011).

Os principais pontos de fricção entre a UE e a Gazprom foram as regras de acesso de terceiros ao mercado energético da UE, o preço do gás e a posição monopolística da Gazprom (De Micco, 2015). Face à posição da UE, a Rússia anunciou o cancelamento do projecto do South Stream (idem). O Turkish Stream seguirá uma rota similar à do South Stream e será composto por quatro pipelines com aproximadamente dois terços da sua rota off-shore, mas a distribuição partirá desde Tharce (Turquia) em vez da Bulgária como previsto no South Stream (idem).

FIGURA 27: PIPELINES SOUTH STREAM E TURKISH STREAM



Fonte: <http://interfaxenergy.com/gasdaily/article/15215/securing-the-future-of-turkish-stream>

b) Reivindicações Territoriais

Neste contexto, a Rússia tem tido um papel particularmente activo na reivindicação dos territórios em torno da Crimeia. Dentro deste território marítimo recém-adquirido, a Rússia adquiriu grande parte do potencial de petróleo e gás da Ucrânia sob o Mar Negro, assegurando assim a dependência deste país quanto às suas necessidades energéticas (idem). A Rússia reivindicou o território sem chamar a atenção para a corrida ao petróleo e gás que recentemente se verificou naquela região. No entanto, o porta-voz de Vladimir Putin, Dmitry Peskov afirma não haver nenhuma conexão entre a anexação e a corrida aos recursos energéticos e que a Rússia não está preocupada com o petróleo e com o gás (Broad, 2014).

A Ucrânia como já referimos, importa a maior parte do seu petróleo da Rússia. Mas foi recentemente descoberto gás de xisto no país, o que pode significar que esta se torne menos dependente no futuro (Bbc, 2014). O facto é que a existência de recursos energéticos no Mar Negro fez com que o governo de Kiev tivesse a esperança de poder explorá-los para reduzir a sua dependência (idem).

O plano original era acabar com as importações de gás até 2020 e tornar-se auto-suficiente até 2035, impulsionando a extração doméstica convencional e não convencional (Umbach, 2015).

A vantagem da posição geopolítica da Ucrânia permite-lhe o acesso ao Mar Negro e ao Mar Aзов o que se torna favorável para o seu desenvolvimento como um sujeito activo

nas relações marítimas internacionais e criando também condições económicas para se desenvolver como um estado marítimo (Kopachyska, 2014). No entanto, questões não resolvidas entre ambos os Estados após a dissolução da URSS relativamente às suas fronteiras marítimas nesta região afectam negativamente a sua constituição como uma potência marítima e enfraquecem o seu papel importante na região (idem).

É expectável que a Rússia reivindique grandes partes da plataforma continental, não apenas da Crimeia, mas também da plataforma continental da Ucrânia e da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), o que pode complicar seriamente a divisão da plataforma continental e as ZEE do Mar Negro com a Roménia e a Turquia (Umbach, 2015) (Anexo 9).

Gosu coloca a hipótese de que Moscovo invocando os seus direitos de soberania na Crimeia, declare a ZEE ucraniana como sua. Neste contexto, também se torna importante referir a importância da ZEE da Roménia pois estima-se que 40% do petróleo do Mar Negro esteja dentro desta (2015). O avanço continuado da Rússia no sul da Ucrânia pressiona diretamente a Roménia. Nos próximos anos, a Roménia deve esperar mais frequentes violações do seu espaço aéreo e mais assédio marítimo russo na sua ZEE (idem). Isto pode pôr em causa o investimento estrangeiro e comprometer os planos da Roménia para a sua independência energética até 2020 (idem).

FIGURA 28: ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA DA UCRÂNIA



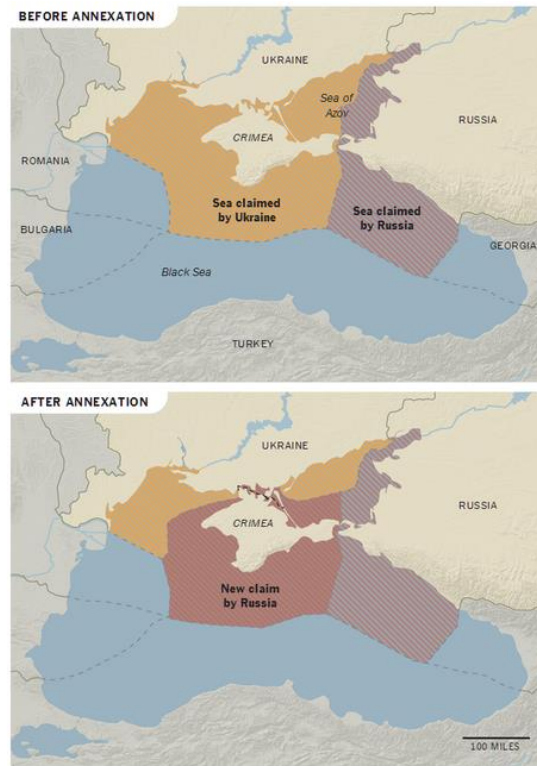
Fonte: https://www.researchgate.net/figure/283071297_fig1_Figure-1-The-Ukrainian-Exclusive-Economic-Zone-EEZ-and-shelf-waters-to-200-m-depth-in

FIGURA 29: AS FRONTEIRAS DA UCRÂNIA E DA CRIMEIA DEPOIS DA ANEXAÇÃO



Fonte: <https://phys.org/news/2015-06-geographers-link-russia-western-military.html>

FIGURA 30: REIVINDICAÇÃO DA ZEE (ANTES E DEPOIS) DA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA



Fonte: <http://www.themarketforideas.com/the-russian-federation-and-the-implementation-of-the-a2-ad-system-in-the-black-sea-risks-and-threats-to-romania-a176/>

O novo governo da Crimeia confiou à Gazprom a gestão dos recursos energéticos da região. A companhia ucraniana Chornomornaftohaz, responsável pela extração e desenvolvimento dos recursos energéticos na península foi nacionalizada pelo governo separatista da Crimeia, que agora faz parte da companhia estatal russa Gazprom (Biersack,O'Lear,2014). A Chornomornaftogaz produz somente petróleo e gás na Crimeia, no Mar Negro e no Mar Azov. No início deste ano, teve o balanço 17 campos apurados (11 gás, 4 condensados de gás, 2 de petróleo) (Kuchma, Gazdyuk, 2014).

A Ucrânia, que dispõe de uma das três maiores reservas de gás de xisto da Europa está agora preocupada com a perda de um dos seus dois maiores campos de gás de xisto ("campo de Yuzivska") nas regiões ou regiões de Donetsk e Kharkiv. Este separatismo regional também prejudica o plano de Kiev de mudar de gás de xisto para carvão, devido à perda de 45,6% de suas reservas nacionais de carvão (Umbach, 2015). Através do uso de novas capacidades de fluxo inverso nos países vizinhos da UE, a Ucrânia conseguiu negociar o fornecimento de gás reverso da Eslováquia, da Alemanha pela Polónia e pela Hungria (idem).

c) China

Desde a crise da Ucrânia de 2013, que a China também se tornou uma alternativa essencial para a Rússia, face às sanções ocidentais aplicadas. A Rússia procura deste modo contornar a dependência que tem relativamente ao Ocidente, vendo assim a China como um parceiro fundamental para reforçar as boas relações bilateralmente (Freire, 2013). Mesmo antes do conflito em curso, a Rússia já tinha a pretensão de diversificar as suas exportações de gás, principalmente para a Ásia.

Face ao panorama de crise e ao consequente embargo energético da UE (que significa 30% das importações de gás natural) à Rússia, restou à última como alternativa aumentar as exportações de gás natural para a China, através de contratos estabelecidos entre o Conselho Económico da Gazprom, a empresa estatal e a empresa também estatal chinesa, CNPC (Duarte, 2014). A China, neste contexto, procura obter vantagens para si, aproveitando o distanciamento da Rússia com os Estados Unidos e com UE para obter melhores acordos nas suas relações energéticas com a primeira.

Resultado, a Gazprom terá provavelmente estabelecido um preço mais baixo para as suas futuras exportações de gás aos chineses. Com o aumento do custo do crédito ocidental levou a que se voltassem para a China perante a oferta de melhores condições, abrindo ainda caminho para a participação direta da China em projetos de energia na Sibéria e no Ártico (Trenin, 2014). A Rússia e a CNPC assinaram ainda um acordo que permitiu a constituição de uma nova via (rota ocidental) através da construção de três novos gasodutos que ligam Nadym (Sibéria Ocidental), até Xijiang, província chinesa, permitindo o aumento de volume de gás para a China, para além dos adicionais 30 bilhões de metros cúbicos por ano de gás excedendo o volume actual de exportação para a Europa (Tiezzi, 2015).

4.1.2 União Europeia

a) A Segurança Energética da UE e as suas principais fraquezas:

As incursões da Rússia na Ucrânia suscitaram também o receio relativamente à segurança energética na UE. Repare-se que já não é a primeira vez que a UE passa por desafios na sua segurança energética no contexto das relações russo-ucranianas, recordando as crises energéticas de 2006 e 2009 (Pereira, 2014). Por isso, é fundamental para a UE procurar novas alternativas ao fornecimento russo de hidrocarbonetos. Note-se a extrema dependência face à Rússia, que se sente confortável pelo facto de a UE estar dividida em relação à sua política energética, situação que se traduz pela inexistência de um mercado competitivo (Simões, 2015).

A Rússia vive muito dependente das suas exportações energéticas e o seu crescimento económico está dependente do volume de vendas e dos preços praticados nos mercados, bem como os que são impostos aos seus clientes, por vezes elevados (idem). Neste contexto, a capacidade da UE reduzir mais a sua dependência em relação à Rússia não é tarefa fácil, uma vez que no sector energético, não se encontram alternativas de curto prazo, a não ser o recurso às reservas estratégicas que os países são obrigados a constituir, pelo que uma parte importante das necessidades europeias (entre 20% e 30%) vão continuar a ser satisfeitas pela Rússia (Ferreira, 2014).

Embora no seio da UE exista um Mercado Comum, em vários domínios, económico, político e comercial, pode-se considerar que o mercado energético ainda é uma fraqueza chave no seio da cooperação. A falta de um mercado energético estável é um dos

principais factores para a ameaça da segurança energética no continente. Um mercado único liberalizado e bem regulado torna-se um objectivo fundamental porque suaviza a volatilidade dos preços, aumenta a competição, e diversifica as fontes de fornecimento e aumenta a segurança energética (Silva, 2017). O factor que condiciona o desenvolvimento de um mercado comum é o facto de que a maioria dos EM da UE terem diferentes interesses e prioridades, bem como estarem relutantes sobre a transferência do seu poder nacional nesta matéria para uma autoridade supranacional (Frade, 2013).

A grande dificuldade que a Europa encontra quando procura diversificar a origem das suas importações de gás faz com que a Rússia detenha quase um monopólio neste sector, e neste contexto, o gás natural torna-se um dos principais elementos para o estudo da balança estratégica entre a Rússia e a Europa assente na relação dual que se estabelece entre o interesse russo em consolidar a dependência da Europa e o interesse estratégico da Europa em evitar tal dependência (Rafael, 2012).

O mercado europeu único da energia está paralisado porque as empresas do Estado russo como a Gazprom e a Rosneft construíram alianças fortes com empresas europeias que dominam mercados de energia como E.on e RuhrGas que detêm 60% do mercado de energia da Alemanha ou a Gas de France que domina 70% da energia francesa (Silva, 2017).

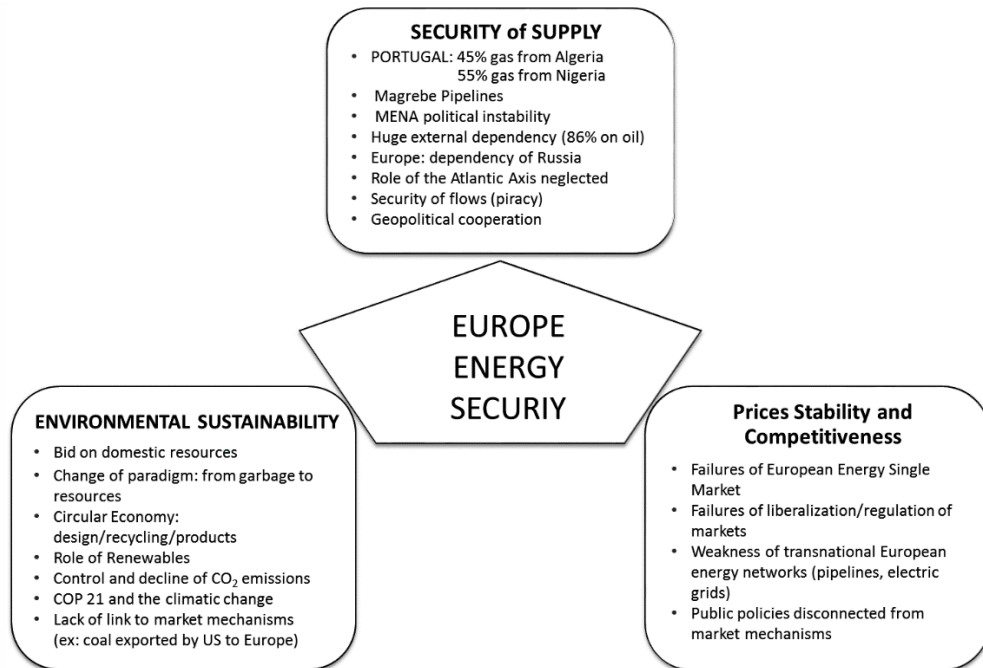
A relação da UE com os seus fornecedores de hidrocarbonetos torna-se primordial para assegurar o normal fornecimento de petróleo e de gás natural para os estados-membros da UE (Pereira, 2014).

Neste sentido é importante referir, que além da Rússia, a Noruega, o Médio Oriente, os países do Golfo, os países do Norte de África e do Mediterrâneo também são os principais fornecedores energéticos da UE (Frade, 2013). Para além destes, a UE também possui parcerias com os países da bacia do Mar Cáspio e da Ásia Central (Turquemenistão, Cazaquistão) (idem).

No entanto, algumas fontes como o caso dos membros da OPEP (o Irão, o Iraque, a Nigéria, a Líbia e a Indonésia) não podem dar uma resposta efectiva no curto/médio prazo, porque por vezes, estão fortemente envolvidos com problemas internos, de instabilidade política e económica, e um exemplo disto, foi a ‘Primavera’ Árabe (idem).

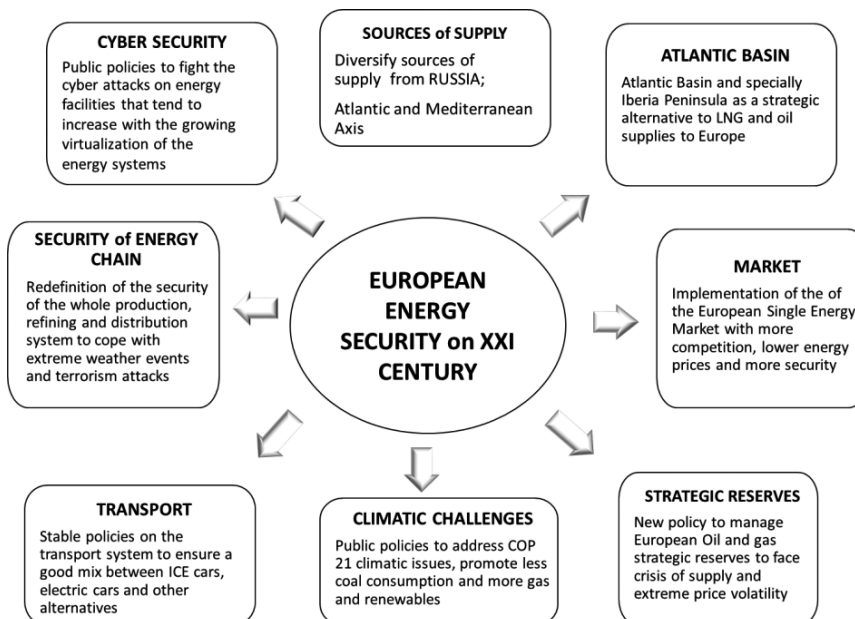
De acordo com De Micco, a escassez de exportações e falta de infra-estruturas, as ameaças terroristas, as disputas territoriais ou infra-estruturas que estão reféns da Rússia também são fortes condicionantes da fiabilidade dos fornecedores da UE (2015).

FIGURA 31: SEGURANÇA ENERGÉTICA



Fonte: IDN cadernos. Geopolitics of Energy and Energy Security. (Silva, 2017)

FIGURA 32: SEGURANÇA EUROPEIA NO SÉCULO XXI



Fonte: IDN cadernos. Geopolitics of Energy and Energy Security. (Silva, 2017)

b) Alternativas:

No entanto, a UE nos dias de hoje já é menos dependente da Ucrânia, pois reduziu a sua dependência em relação aos países de passagem com a conclusão do Nord Stream em 2012. Este gasoduto foi promovido pela Rússia, desenvolvido em grande parte pela Gazprom, a empresa estatal russa e a Alemanha e este faz o transporte do gás através do Mar Báltico, (e não atravessa a Ucrânia). A Rússia investiu também em novos terminais no Mar Báltico e no Mar Negro (Ferreira, 2014).

FIGURA 33: NORD STREAM (2016)



Fonte: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/active/nord-stream/>

FIGURA 34: PIPELINES NA UCRÂNIA (2014)



Fonte: <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/ukraine-crisis-gas-prices-across-3202458>

A UE ao diversificar as suas fontes começou a comprar mais gás natural à Noruega representando em 2012, 31.3% das importações, bem como petróleo, que representou 11,1%, tornando-se o segundo maior fornecedor energético (Pereira, 2014). Começou também a comprar mais gás liquefeito (LNG), por via marítima, à Nigéria, Qatar e Líbia. Em 2003, a Rússia era a origem de 45,1% das importações de gás da UE contra 31,9% hoje (Ferreira, 2014). Relativamente ao petróleo, o seu transporte é variado: 30% do petróleo russo destinado à Europa é transportado pelo pipeline *Druzhba*, mas a maioria é transportado por via marítima para os portos do Mar Báltico (Primorsk e Ust-Luga) ou no Mar Negro (Novorossiysk) (idem).

FIGURA 35: DRUZHBA PIPELINE



Fonte: <https://file.ejatlaz.org/img/Conflict/druzhba-adria-oil-pipeline-croatia/1.jpg>

Outra alternativa às necessidades europeias pode estar no Mar Negro, pois este mar oferece perspectivas de diversificação quer para rotas quer para fontes, pois possui reservas (petróleo no Azerbaijão e gás natural na Arménia) além de dispor de condições e potencial para garantir as ligações entre os principais fornecedores e os consumidores mais necessitados da Europa Ocidental (Vlad, et. al. 2009). Dada a situação geográfica, e considerando que cada vez mais países dependem das quantidades de energia fornecidas a partir de grandes distâncias através de pipelines que atravessam continentes inteiros ou do transporte em navios que transportam gás natural liquefeito sobre os

oceanos, a BSWR (Black Sea Wider Region) torna-se a região ideal para "cardinal pipelines for the non-OPEC, non- Persian Gulf and non-Russian oil and natural gas, flowing from the Caspian Sea and central Asia to the gates of the West" (idem: 72).

No entanto, na Europa ainda existem algumas excepções. Alguns países, como a Alemanha ou a França, preferem manter uma relação de cooperação com a Rússia em termos de dependência moderada. No entanto, tanto a UE como os EUA têm como objetivo reduzir essa dependência, orientando-se para a Bacia do Mar Cáspio e usando as infra-estruturas energéticas dos estados no BSWR (apesar de os mesmos estarem sob o monopólio russo na sua grande maioria) (idem).

A OMV Petrom que é a maior produtora de petróleo e gás da Europa Ocidental e que se situa em Bucareste, remeteu para a possibilidade de mudança completa do mapa energético da Europa devido à recente descoberta de um imenso depósito de gás natural e da maior jazida de petróleo que a Roménia encontrou na última década (Von der Brelie, 2014). De acordo com a directora executiva da empresa, Mariana Gheorghe, a esperança de que a Roménia se torne independente no que respeita às importações de gás é grande, assim como a confiança sobre o potencial do Mar Negro. Ainda de acordo com a mesma fonte, se os recursos energéticos que foram encontrados tiverem realmente quantidades significativas poderão então responder a algumas necessidades da UE (idem). Também como alternativas à dependência russa, (a qual se torna importante na estratégia de diversificação dos gasodutos da UE) surgem os grandes projectos como o Trans-Anatolian - Pipeline (TANAP) e o Azerbaijão- Geórgia- Roménia Interconector (AGRI) (Lau, 2015).

FIGURA 36: TANAP PIPELINE (2015)



Fonte: <https://www.neweurope.eu/article/baku-invites-kazakhstan-to-join-trans-anatolian-pipeline/>

O principal objectivo do TANAP Project, “... is to bring natural gas produced from Azerbaijan’s Shah Deniz-2 gas field, and other areas of the Caspian Sea, primarily to Turkey, but also on to Europe. The TANAP Project, along with the South Caucasus Pipeline (SCP) and the Trans-Adriatic Pipeline (TAP) form the elements of the Southern Gas Corridor” (Tanap, s/d).

O projecto AGRI tem potencial para ser um instrumento de garantia da segurança energética da UE a longo prazo, correspondendo ao objectivo duplo de diversificação não só relativamente às fontes de abastecimento como também as rotas de trânsito (AgriLN, s/d). O AGRI é o primeiro projecto de LNG a ser desenvolvido no Mar Negro, visando o transporte de gás natural da região do Mar Cáspio para a Europa (idem). O projeto oferece aos países da região, a oportunidade de um abastecimento seguro e a diversificação das importações para reduzir a sua dependência de fornecedores individuais, diversificando fontes de abastecimento e canais de entrega (idem).

O Southern Gas Corridor foi concebido como uma ligação directa entre a Europa e o maior depósito de gás natural do mundo, e desempenha um papel central na consecução dos objectivos da estratégia europeia para assegurar a competitividade e a segurança do aprovisionamento de gás (AgriLN, s/d). Assim, o Interconector Azerbaijão-Geórgia-Roménia-Hungria (AGRI) foi projetado como parte integrante do Southern Gas Corridor, fornecendo a rota directa mais curta para o gás proveniente do Cáspio para os mercados europeus (idem). De facto, espera-se que o AGRI transporte o gás Azeri liquefeito da Geórgia, através do Mar Negro, para um terminal de GNL a ser construído na Costa do Mar Negro na Roménia. A partir desse ponto, o gás será bombeado através do sistema de transmissão de gás natural da Roménia para a Hungria, através do Interconector entre os dois países (Arad-Szeghed) para ser transportado para o mercado europeu (idem).

FIGURA 37: INTERCONECTOR AZERBAIJÃO - GEÓRGIA - ROMÉLIA (2011)



Fonte:

<http://www.novinite.com/articles/125268/Hungary+Lured+into+AGRI+Natural+Gas+Pipeline+Project>

FIGURA 38: GASODUTO SOUTHERN



Fonte: <http://www.theenergycollective.com/energy-post/2399455/needs-southern-gas-corridor>

Outro projecto a considerar é o White Stream Pipeline. Este projecto tem como objectivo transportar o gás proveniente do Turquemenistão via Trans-Caspian Pipeline (TCP) directamente para a Roménia e para os outros EM da UE (White Stream, 2018).

Gerald levanta a hipótese de que este projecto ainda envolva a Crimeia, através de uma ligação submarina de 430 km entre a península e a Roménia (2018). De acordo com a página oficial do White Stream, este projecto em combinação com a segunda fase do TCP têm as seguintes vantagens:

- Assegura a diversificação de recursos e rotas;
- Traz novas fontes de gás natural para os mercados da UE;
- Melhora a segurança do fornecimento de energia da Europa através da opção de reversão física mencionada em conexão com o Trans-Balkan Pipeline (TBP);
- Aumenta a penetração do gás em mercados não maduros no Sudeste da Europa, onde o gás deslocará os combustíveis poluentes;
- Aumenta a concorrência entre fontes de gás e melhora a liquidez nos mercados de gás em benefício de todos os consumidores (2018).

FIGURA 39: WHITE STREAM (2018)



Fonte: <http://www.w-stream-transcaspian.com/>

No entanto, uma solução possível a curto/médio prazo de “urgência” é a importação de gás natural liquefeito que chega por mar que tem cada vez mais procura e preços cada vez mais altos por causa da Ásia, sobretudo do Japão, e porque o gás de xisto dos EUA só estaria previsto chegar ao mercado internacional a partir de 2016. (Ferreira, 2014). No entanto, as primeiras remessas de LNG norte-americano não ficaram disponíveis até 2016 com as quantidades maiores a serem seguidas somente após 2018. No entanto a médio prazo permitir-se-á exportações irrestritas de LNG para a Europa e isto será uma

grande contribuição para os esforços globais para aumentar a segurança energética dos aliados europeus (Koranyi, 2015).

As exportações de gás de xisto por parte dos EUA para a Europa, tornar-se-ão importante contributo para a independência energética da UE (Laurinavicius et al. 2014).

Equacionando a um prazo mais alongado, também Moçambique, Austrália e Israel poderão fornecer o mercado europeu (De Micco, 2014).

Também se a Roménia, Bulgária, Grécia, Chipre e a Croácia desenvolverem os seus próprios projetos offshore de gás de xisto convencional e bem como os on shore, aumentariam a produção de gás, criaria muitos empregos, mais sustentáveis e ofereceria gás de exportação através de ligações muito mais curtas e mais baratas do que os da Rússia (Umbach, 2015).

De acordo com Silva, constitui um desafio fundamental para o futuro da segurança energética europeia, a implementação de pelo menos três políticas principais. Ele considera que primeiro é necessário construir uma nova relação com a Rússia. A Rússia deve ser um parceiro estratégico da Europa para o futuro, mas essa parceria deve-se basear numa relação mais sólida, na qual é um fornecedor chave de energia, mas não o único e dominante. Para atingir esse objetivo, é crucial que a Europa encontre novas alternativas. O autor considera que a mesma poderá resultar da aposta de um Eixo Atlântico de abastecimento, reforçando o ressurgimento da Bacia Atlântica (com o papel dos EUA como um importante exportador de gás e petróleo) e promovendo a Península Ibérica (com a contribuição das instalações de Sines LNG) como plataforma principal para importação de gás e distribuição para os países europeus (2017). Este cenário também considera a solução das ligações transfronteiriças que promovem o desenvolvimento do mercado único da energia e o desenvolvimento de fluxos de em países europeus (2017). Além disso, é importante criar uma gestão trilateral (Ucrânia, UE e Rússia) do sistema de trânsito de gás da Ucrânia (idem).

CONCLUSÃO

Na finalização da nossa investigação, tendo em conta a nossa pergunta de partida: “Qual a importância geopolítica da anexação da península da Crimeia nas relações UE-Rússia nos domínios energéticos e securitários?”, podemos verificar que a crise da Ucrânia de 2013 e a consequente anexação da Crimeia em 2014 por parte da Rússia vieram constituir uma nova fonte de tensão entre as duas principais potências da Eurásia, a Rússia e a UE. Pode-se considerar um confronto que visa um reordenamento no antigo espaço soviético, que a Rússia prossegue e que o Ocidente contesta e isto põe em causa a ordem euro-atlântica criada com o fim da hegemonia soviética sobre a Europa de Leste, a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética (Simões, 2015).

Embora o Ocidente conteste a forma como a Rússia pretende impor a sua hegemonia e influência sobre as suas ex-repúblicas, a UE e a NATO também foram desencadeando uma aproximação a estes estados, fazendo assim com que a relação entre o Ocidente e a Rússia permaneça em clima de conflito e desconfiança, embora também de colaboração quando necessário. Na nossa visão é importante referir que a Rússia parece pretender recuperar o estatuto de grande potência que usufruiu no período bipolar da Guerra Fria, pelo que a sua ação na Ucrânia e Crimeia pode ser vista como um episódio do processo de conquista de tal *status quo* no Sistema Político Internacional.

A anexação da Crimeia constitui um passo para essa afirmação, mas também uma mudança na geopolítica regional, sobretudo na região do Mar Negro. A península da Crimeia tem um valor estratégico inquestionável no Mar Negro. Ela é considerada uma “torre de controlo” localizada na confluência das principais regiões geopolíticas: os Balcãs, Europa de Leste e Ásia para além de estar situada igualmente próxima da “zona quente” do Médio Oriente. É um ‘hotspot’ naval estratégico no ponto de vista defensivo e ofensivo da Rússia perto da NATO e pode ser considerada como um ponto de controlo dos países fronteiriços com as saídas para o Oceano Índico (Gerald, 2010)

Neste contexto, podemos concluir que ao nível securitário a Rússia salvaguardou a Crimeia das influências ocidentais, o que lhe permitiu assegurar que a sua frota marítima permaneça definitivamente na península. A partir da Crimeia garante também a projecção de poder em direcção ao Cáucaso Sul e Médio Oriente (onde podemos destacar a Síria, particularmente); o acesso aos mares quentes, principalmente ao Mediterrâneo, e o acesso ao Oceano Índico que se torna fundamental por razões geopolíticas e comerciais (Cf. Anexo 17). Relativamente à UE, sem qualquer resposta

para a crise ucraniana, optou pela via de **medidas de ‘hard power’**, através da aplicação de sanções económicas e financeiras à Rússia, condenando-a pelas suas acções assertivas na Crimeia, mas sentiu a sua segurança posta em causa. A crise política e o conflito civil na Ucrânia bem como a anexação da península da Crimeia **fizeram** levantar um número importante de questões relativamente à segurança na Europa (Toca, Pocola, 2014). Estes acontecimentos expuseram as insuficiências do relacionamento da UE com o seu vizinho mais poderoso, a Rússia. Neste contexto, podemos confirmar a primeira das hipóteses levantadas na nossa investigação: **1. A anexação da Crimeia levou a uma reflexão sobre a segurança europeia, em particular nos países Bálticos.**

De facto, quem sentiu mais a sua segurança ser ameaçada, foram os países do Báltico e a Polónia em particular devido a uma eventual intervenção militar por parte da Rússia, na sequência do argumento invocado aquando da invasão da Crimeia (protecção de minorias étnicas) e por isso, solicitaram o apoio e o reforço da presença da NATO nos seus territórios (Larrabee et al. 2015). Relativamente às implicações energéticas, o Mar Negro torna-se um palco de possíveis disputas entre o Ocidente e a Rússia pelo facto de apresentar ricas fontes de hidrocarbonetos por explorar. Isto também confirma, a nosso ver, a segunda hipótese de investigação: **2. A península da Crimeia é fundamental para a exploração do Mar Negro e Mar de Azov, que dispõe de recursos energéticos e controlo de rotas importantes para a União Europeia e para a Rússia.** Com base na investigação desenvolvida, podemos concluir que através desta península é possível à Rússia a expansão de influência no Mar de Azov e Estreito de Kerch. Devido à anexação da Crimeia, a parte ucraniana no Mar de Azov ficou restringida e isto levou ao surgimento de problemas na partilha dos hidrocarbonetos disponíveis neste mar, pois a Rússia tomou o seu controlo, assim como do gás existente na parte da Ucrânia, causando um golpe nos ambiciosos planos deste Estado para uma eventualmente independência energética. A Rússia poderá vir ainda a reivindicar grandes partes da plataforma continental, não apenas da Crimeia, mas também da Ucrânia e da sua ZEE, o que pode complicar seriamente a divisão da plataforma continental da ZEE do Mar Negro com a Roménia e a Turquia (Umbach, 2015) (Cf. Anexo 18).

Para a UE, o Mar Negro pode constituir uma nova fonte de abastecimento energético que permita fugir à dependência russa. A crise da Ucrânia veio reforçar a necessidade da UE procurar alternativas energéticas e reforçar e investir nas alternativas já

existentes. A grande dificuldade que a Europa encontra quando procura diversificar a origem das suas importações de gás, faz com que a Rússia detenha quase um monopólio para o mercado da Europa.

A UE enfrenta dificuldades em diversificar as suas fontes porque também não tem uma política energética comum. A falta de um mercado energético único é uma fraqueza chave e um dos principais factores para a ameaça à segurança energética no continente. Um mercado único liberalizado e bem regulado torna-se um objectivo fundamental porque suaviza a volatilidade dos preços, aumenta a competição, diversifica as fontes de fornecimento e aumenta a segurança energética (Silva, 2017).

Também é necessário ter em consideração que alguns estados que já se apresentam como futuras alternativas, não o poderão ser no curto prazo, por estarem a passar por instabilidade interna, escassez de exportações e falta de infraestruturas, ameaça terrorista, disputas territoriais ou infraestruturas que estão reféns da Rússia. Exemplos destes estados são a Líbia, a Argélia, a Nigéria, o Turquemenistão, Cazaquistão, e até mesmo o Irão (Frade, 2013).

No entanto, para além das alternativas apresentadas na nossa dissertação (TANAP, AGRI e Southern Gas Corridor), também há outras alternativas seguras como a Bacia do Cáspio e a Interligação Turquia-Grécia-Itália, as energias renováveis (idem), e podemos ainda considerar o Ártico (Pereira, 2014).

Para finalizar, podemos confirmar a terceira hipótese equacionada na nossa investigação: **3. A União Euroasiática é um instrumento russo de contenção e de contrabalanço à influência da União Europeia.** Não parecem subsistir dúvidas quanto ao facto de que a UEE tornou-se uma prioridade para Vladimir Putin a partir de 2011. Strzelecki refere que no ponto de vista de Moscovo, a UEE é agora o seu mecanismo formal mais importante de cooperação no espaço pós-Soviético (2016). Os EM desta Organização são economicamente dependentes da Rússia, e neste contexto, é de destacar que a UEE sofreu impactos negativos devido à queda dos preços do petróleo e às sanções ocidentais aplicadas à Rússia na sequência da crise da Ucrânia (idem). Neste sentido, as tensões económicas e políticas nestes Estados aumentaram. No entanto, para Moscovo isto não representa uma preocupação, porque o aspecto económico é secundário, o que é realmente prioritário é manter na sua órbita os países que constituem o seu “Near Abroad” (idem). Assim, considera-se que a UEE desempenha três funções muito importantes:

- Constitui um mecanismo para o fortalecimento da influência russa na região;
- Constitui uma forma de manter as restrições necessárias para que estes Estados não se aproximem da UE e da China (em particular, os EM da Ásia Central). A UEE constitui assim um “contrapeso” à UE.

Não foi só a Ucrânia que recusou o Acordo de Associação com a UE, também a Arménia o fez em 2013, em benefício da Rússia e da UEE. Para a Rússia, este é outro fórum (para além da CEI), onde o Kremlin pode explorar as vantagens militares e económicas de cada EM e assim pressionar os respectivos líderes em prol dos seus interesses.

- Constitui uma forma de legitimar a elite do Kremlin perante a sociedade russa (idem).

A Rússia está a tentar apresentar a UEE como uma alternativa à UE e busca legitimá-la internacionalmente. O Kremlin tem tentado também institucionalizar as relações entre ambas as Organizações. Pretende-se encorajar a UE a estabelecer um mecanismo permanente de diálogo com a UEE em questões económicas e políticas. Segundo Strzelecki, a Rússia exige também que o Ocidente reconheça a Organização como um parceiro de negociações para o fim do conflito na Ucrânia. A Rússia pretende também aproveitar essas conversações para estabelecer relações oficiais entre as duas organizações (idem).

Markus Ederer (embaixador da UE na Rússia) considera: “... the relations between the European Union and Russia have hit rock bottom, and the current period may become more dangerous than the Cold War” (2018: 1). Considera ainda que as relações entre os dois actores parece estar no nível mais baixo desde o fim da Guerra Fria, mas que no entanto, há alguns sinais de estabilização da situação. Ainda assim, reforça que há uma falta de confiança mútua (idem).

O fim das tensões entre Rússia e a UE parece cada vez mais distante também pelo facto de a UE voltar a prolongar a aplicação de sanções à Rússia ainda na sequência da anexação da Crimeia em 2014 e devido ao facto de continuar a apoiar os rebeldes no Leste da Ucrânia (Reuters, 2018).

BIBLIOGRAFIA

Livros:

Almeida, Políbio Valente de (2012) *Do Poder do Pequeno Estado*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Balão, Sandra Maria Rodrigues (2014) *A Matriz do Poder*. 2º Edição. MGI Edições. Lisboa

Bardin, Laurence (1977) *Análise de Conteúdo*. Edições 70

Bessa, António Marques, Pinto, Jaime Nogueira (1999). *Introdução à Política*. Verbo. Lisboa: 1999

Brzezinski, Zbigniew (1997) *The Grand Chessboard*. Basic Books. New York

Carmo, Hermano e, Ferreira, Manuela Malheiro (1998) *Metodologia de Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta

Cohen, Saul B. (2009) *The Geography of International Relations*. Rowan & Littlefield Publishers. Second Edition.

Dias, Carlos Manuel (2010). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Prefácio Edições. Lisboa

Dougherty, James E., Jr. Pfaltzgraff, Robert L. (2011) *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Gradiva. 2º Edição.

Freire, Maria Raquel, Daehnhardt, Patrícia (2014) *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra

Lara, António Costa de Albuquerque Sousa (2009) *O Interesse Nacional, A Política Externa Portuguesa e as Ideologias*. DisLivro. Lisboa

Lara, António Costa de Albuquerque de Sousa (2011) *Subversão e Guerra Fria*. Edições: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa

Lara, António Costa de Albuquerque de Sousa (2015) *As Portas de Dante*. Lisboa.
Edições: MGI

Lara, António Costa de Albuquerque de Sousa (2015) *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão. 8ª Edição*. Edições: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.

Mackinder, H.J (1904) “The Geographical Pivot of History”. The Geographical Journal, Vol.23, No 4 (Apr.1904), 421-437

Mackinder, H.J (1919) *Democratic Ideals and Reality*. NDU Press Defense Classic Edition.

Mackinder, H.J (1943) *The Round World and the Winning of the Peace*. July 1943, Vol.21, No.4

Moreira, Adriano (1996) *Teoria das Relações Internacionais*. Almedina. Coimbra

Rego, Helena Cristina (1999) *A Nova Rússia*. Edições ISCSP. Universidade Técnica de Lisboa.

Sampieri Roberto Hernández, Collado, Carlos Fernández, Lucio, Pilar Baptista (2006) *Metodologia de Pesquisa*. 3ª Edição. Mc Graw-Hill Companies.

Santo, Paula do Espírito (2010) Introdução à Metodologia das Ciências Sociais.. *Génese, Fundamentos e Problemas*. CAPÍTULO 1: Primeiros Percursos, Aplicações e Desenvolvimento do Método Científico. Edições: Sílabos. Lisboa.

Santos, Victor Marques dos, Ferreira, Maria João Militão (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. ISCSP. Lisboa

Soares, Andreia Mendes (2005) *União Europeia: Que Modelo Político?* Universidade Técnica de Lisboa. ISCSP. Lisboa. 2005

Waltz, Kenneth (1979) *Theory of International Politics*. 5: Political Structures. 6: Anarchic Orders and Balances of Power. University of California, Berkely

Capítulos em obras colectivas:

Fernandes, Sandra Dias (2014) Capítulo 7, Rússia e União Europeia: Dois Gigantes e um Continente. *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.

Tomé, Luís (2011) Capítulo 5, Estados Unidos da América. *Relações Internacionais em Mudança*. Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/2759>. Data de consulta: 21-07-2018

Artigos em publicações periódicas:

Ortolland, Didier (2014) Ukraine: L'Europe sous la Pression de Poutine. Moscou et la politique des pipelines. *Geopolitique. La Nouvelle Revue*. (Nº125-Avril-Mai- Juin 2014).

Dissertações de Mestrado:

Churro, João Manuel Barroso de Matos (2013) *A Geopolítica Enquanto Instrumento de Afirmação Mundial da Rússia*. Dissertação de Mestrado de Estratégia. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa. 2013

Coelho, João Bismarck Amorim (2012) *As Relações União Europeia-Rússia no século XXI: A Energia como um Eixo Orientador?* Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa

Figueiredo, João Augusto Rodrigues Gomes (2012). *Dinâmicas da Política Externa Russa: As relações com a União Europeia nos mandatos de Putin e Medvedev*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra.

Frade, Carmén Verónica do Sacramento Mendes (2013) A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Pereira, Rúben Manuel de Castro (2014) A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética Europeia. Dissertação de Mestrado em Estratégia. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Rafael, João Miguel Chaves (2012). Estratégia energética da Rússia. O caso do gás natural nas relações com a Europa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Vidrascu, Olimpiada (2016) The implementation of the democratic regime in Eastern Europe. The way in which the type of democracy in the case of the Republic of Moldova affects its credibility as an international actor (1990-2015). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa

Fontes electrónicas:

AgriLN. Disponível em: <http://agrilng.com/>. Consultado em: 27-07-2017

Almeida, João Marques de (2008). “A União Europeia e a Rússia após a Crise da Geórgia. O fim do paradigma do «Pós-Guerra Fria»”. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n20/n20a02.pdf>. Consultado em: 27-03-2017

Aurescu, Bogdan (2011). “The Role of the European Union in the wider Black Sea Region”. Turkish Policy. Quarterly. Disponível em: http://www.esiweb.org/pdf/esi_turkey_tpq_vol10_no1_Bogdan%20Aurescu.pdf.

Consultado em: 20-07-2017

Averre, Derek (2016) “The EU and Russia: managing new security environment in the wider Europe”. Swedish Institute for European Policy Studies. Disponível em: <http://www.sieps.se/en/publications/2016/the-eu-and-russia-managing-the-new-security-environment-in-the-wider-europe-20165epa/>. Consultado em: 12-12-2016

Bartczak, Krzysztof, Jonberg, Kirsten (2017). Política Europeia de Vizinhança. Parlamento Europeu. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.5.4.html. Consultado em: 05-04-2018

Baspehlivan, Uygur (2016) Putin & Russia Heritage: Russia’s Foreign Policy Identity Since Napoleon. E- International Relations. Disponível: <https://www.e-ir.info/2016/03/05/putin-russian-heritage-russias-foreign-policy-identity-since-napoleon/>. Consultado em: 20-07-2018

BBC News (4 Março 2014) “Entenda as razões da Rússia para a Crise na Ucrânia”. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140304_crise_ucrania_razoes_russia_fn. Consultado em: 24-03-2016

BBC News, (23 April 2014) “Ukraine’s Sharp divisions”. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26387353>. Consultado em: 24-03-2016

BBC News, (9 August 2016) “Putin mends broken relations with Turkey’s Erdogan”. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-37018562>. Consultado em 25-05-2017

Biersack, John, O’Lear, Shannon (2014) “The Geopolitics of Russia’s annexation of Crimea: narratives, identity, silences, and energy”. Eurasian Geography and Economics. Routledge. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/rege2>. Consultado em: 27-06-2016

Bosbotinis, James (2009) “Assessing the Strategic Importance of the Black Sea Region”. Researchgate. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242224298_Assessing_the_Strategic_Importance_of_The_Black_Sea_Region. Consultado em: 27-06-2016

Blanck, Stephen (2016) “Putin’s Next Potential Target: The Baltic States”. Atlantic Council. Disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/putin-s-next-potential-target-the-baltic-states>. Consultado em: 08-04-2016

Brelie, Von der Hans (2014) “É no Mar Negro que pode estar o futuro energético da Europa”. Euronews. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/12/05/e-no-mar-negro-que-pode-estar-o-futuro-energetico-da-europa>. Consultado em: 24-03-2016

Broad, William (2014). “In Taking Crimea, Putin Gains a Sea of Fuel Reserves”. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/05/18/world/europe/in-taking-crimea-putin-gains-a-sea-of-fuel-reserves.html?mcubz=0>. Consultado em: 24-03-2016

Cameron, Fraser (2014) “What now for EU-Russia relations?” World Commerce Review. Disponível em: http://www.worldcommercereview.com/publications/article_pdf/838. Consultado em: 20-10-2016

Castro, Paulo César de (2015) “A Crimeia e o Poder”. Defesa.Net. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/18503/A-Crimea-e-o-Poder/>.

Consultado em: 24-03-2016

Chang, Felix K. (2017) “Russia’s Existential Threat to NATO in the Baltics”. Foreign Policy Research Institute. Disponível em: <https://www.fpri.org/2017/06/russias-existential-threat-nato-baltics/>. Consultado em: 05-04-2018

Christova, Christiana (2016) “NATO, the Black Sea and the Baltic Sea: a disequilibrium?” E-politik.de. Disponível em: <http://e-politik.de/artikel/2016/nato-the-black-sea-and-the-baltic-sea-a-disequilibrium/> Consultado em: 05-04-2018

Chong, Byron (2017) “The Role of Black Sea in Russia’s Strategic Calculus”. Center for International Maritime (CIMSEC). Disponível em: <http://cimsec.org/role-black-sea-russias-strategic-calculus/31805>. Consultado em: 05-04-2018

Claudín, Carmen, Pedro, Nicolás (2015) “Beyond Ukraine. EU and Russia in Search of a New Relation. 1. The EU and Russia after Crimea: Is Ukraine the Knot?” Edited by Aldo Ferrari. ISPI (The Italian Institute for International Political Studies). Disponível em: <http://www.ispionline.it/it/EBook/BeyondUkraine.EUandRussiainSearchofaNewRelation.pdf>. Consultado em: 07-06-2017

Cohen, Stephen (2015) “Ukraine the Epicenter of Global Geopolitical Transformation”. SputnikNews. Disponível em: <https://sputniknews.com/politics/201505021021650592/>. Consultado em: 24-03-2016

Comissão Europeia (2014) “Estratégia europeia de segurança energética”. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com\(2014\)0330_/com_com\(2014\)0330_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com(2014)0330_/com_com(2014)0330_pt.pdf). Consultado em: 05-04-2018

Commission of the European Communities (2003) Wider Europe-Neighbourhood: A New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours. Disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/docs/enp/pdf/pdf/com03_104_en.pdf. Consultado em: 27-09-2017

Constitution of Ukraine (1996). Disponível em: www.kmu.gov.ua/document/110977042/Constitution_eng.doc. Consultado em: 06-01-2018

Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (1982). Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar60B-1997.pdf>. Consultado em: 06-01-2018

Cornell, Svante E. (2014) “Checking Putin’s Eurasian Ambitions”. The Wall Street Journal. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702303532704579476972067682740>. Consultado em: 30-10-2016

Dias, Carlos Pereira (2010) “A NATO e a Rússia: Uma Parceria Reservada”. IDN nação e defesa. O Conceito Estratégico da Nato. Nº 126- 5ª Série, pp.145-170. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62688791.pdf>. Consultado em: 01-12-2015

Dias, Vanda Amaro (2014) “Política Europeia de Vizinhaça. Práticas Imperiais na fronteira com o «outro»?” Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n43/n43a07.pdf>. Consultado: 03-04-2017

Dias, Vanda Amaro (2015) “A Guerra na Ucrânia. As dimensões internas e internacional da crise na Ucrânia”. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n45/n45a03.pdf>. Consultado em: 03-04-2017

De Micco, Pasquale (2015) “Changing pipelines, shifting strategies: Gas in south-eastern Europe, and the implications for Ukraine”. European Parliament. Disponível

em:

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/549053/EXPO_IDA\(2015\)549053_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/549053/EXPO_IDA(2015)549053_EN.pdf). 24-10-2016. Consultado: 06-01-2017

De Micco, Pasquale (2014) “The EU’s energy security made urgent by the Crimean crisis”. European Parliament. Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EXPO-AFET_SP%282014%29522338. Consultado em: 06-01-2017

Duarte, Pedro (29 de Abril de 2014) “Rússia vai aumentar vendas de gás à China”. Económico. Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/russia-vai-aumentar-vendas-de-gas-a-china_192165.html_Consultado: 08-04-2017

Dubovyk, Volodymyr (2016) The Implications of Crimea annexation for Black Sea Security. Ponars Eurasia. Disponível em:

<http://www.ponarseurasia.org/article/implications-crimea-annexation-black-sea-security>. Consultado em: 28-06-2016

Eurasianet (2017) “Turkey’s Black Sea Policy: Navigating Between Russia and the West”. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/node/84456>. Consultado em: 23-03-2018

Eurasia Economic Union. Official page. Disponível em: http://www.eaeunion.org/?lang=en#about-info_ Consultado em: 20-07-2018

Euronews (2017) “A guerra continua a ceifar vidas na Ucrânia”. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2017/02/09/a-guerra-continua-a-ceifar-vidas-na-ucrania>

European Council (2017) “Ukraine: Council adopts EU-Ukraine association agreement”. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/07/11-ukraine-association-agreement/>. Consultado em: 05-04-2018

European External Action (2016) “Ukraine and the EU”. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/1937/ukraine-and-eu_en.

Consultado em: 05-04-2018

European Parliament (2016) EU-Russia Relations. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/EPRS/TD_EU-Russia-Relations.pdf. Consultado em: 05-04-2018

Fernandes, Jorge Almeida (2014) “A Ucrânia: as três dimensões do conflito”. Jornal Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/02/23/mundo/noticia/ucrania-as-tres-dimensoes-do-conflito-1625858>. Consultado em: 24-03-2016

Ferreira, Lurdes (2014) “Europa trabalha para ser menos dependente do gás russo e da Ucrânia”. Jornal Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/03/16/mundo/noticia/europa-trabalha-para-ser-menos-dependente-do-gas-russo-e-da-ucrania-1628437>. Consultado em: 24-03-2016

Freire, Maria Raquel (2013) “Política externa russa: a dimensão material e ideacional nas palavras e acções.” E-Cadernos Ces. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://eces.revues.org/1554>. Consultado em: 01-12-2015

Gardner, Hall (2016) “The Russian annexation of Crimeia: regional and global ramifications. European Politics and Society.” Routledge. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/23745118.2016.1154190>. Consultado em: 30-05-2016

Gerald S. Marius (2010) “Crimea – geostrategic base between Balkans and the Caucasus”. Researchgate. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/215502345_Crimea_-_geostrategic_base_between_Balkans_and_the_Caucasus. Consultado em: 19-06-2016

Girgin, Dogan (2015) “Geopolitical Issues in the Current Crisis between Ukraine and Russia”. Journal of Social Sciences. ISSN:2233-3878; Volume 4, Issue 1. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/2903-1457087212.pdf>. Consultado em: 24-10-2016

Global Security (2016). “Autonomous Republic of Crimea”. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/ukraine/arc.htm>. Consultado em: 27-03-2017

Gorenburg, Dmitri (2014). The role of the Black Sea Fleet in Russian naval strategy. PONARS Eurasia. Disponível em: <http://www.ponarseurasia.org/article/role-black-sea-fleet-russian-naval-strategy>. Consultado em: 27-03-2017

Gosu, Armand (2015) “The Seizure Crimeia- A Game Changer for Black Sea Region”. Journal on Baltic Security. Vol. 1 Issue 1 2015. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/j/jobs.2015.1.issue-1/jobs-2016-0011/jobs-2016-0011.xml>. Consultado em: 30-05-2016

House of Lords (2014-15) “The EU and Russia: before and beyond the crisis of Ukraine.” European Union Committee. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/ld201415/ldselect/ldeucom/115/115.pdf>. Consultado em: 14-07-2016

Iaromenko, Sergii (2010) “Historical and Geographical Development of Ukraine in the Geopolitical Junction Area: Social and Cultural Context”. Odessa National I. Mechnikov University. ISSN 1392-3137. Tiltai, 2010, 2. Disponível em: <http://dspace.oneu.edu.ua/xmlui/handle/123456789/4710> . Consultado em: 01-12-2015

International Energy Agency (2018) Energy Security. Disponível em: <https://www.iea.org/topics/energysecurity/> _Consultado em: 24-04-2018

Larrabee, F. Stephen, Peter, A. Wilson, Gordon, John (2015) “The Ukrainian Crisis and European Security. Implications for the United States and U.S Army”. RAND Corporation. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR903.readonline.html . Consultado em: 15-03-2017

Larrabee, F. Stephen, Peter, A. Wilson, Gordon, John (2017) “Russia and the West After the Ukraine Crisis”. RAND Corporation. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1300/RR1305/RAND_RR1305.pdf . Consultado em: 09-06-2017

Lau, Cheng Yong (2015) “Crimea’s annexation: The blockade of EU’s energy diversification strategy in Black Sea basin?” Global Journal of Business and Social

Science Review. GJBSSR, Vol. 1 (1), January-March 2015: 51-59. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=300076. Consultado: 31-07-2017

Kaplan, Robert D. (2014) “Crimea: The Revange of Geography?” Stratford. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/crimea-revenge-geography>. Consultado em: 24-03-2016

Kapperler Adrew (3 March, 2014) “Ukraine and Russia: Legacies of the imperial past and competing memories”. Journal of Eurasian Studies 5. 107-115. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1879366514000062>. Consultado em: 21-01-2016

King, Charles (2008) “The Wider Black Sea Region in the Twenty – First Century: Strategic, Economic and Energy Perspectives”. Center for Transatlantic Relations. Disponível em: <https://www.ceps.eu/system/files/book/1672.pdf> Consultado em: 30-10-2016

Kólossov, Vladímir (2014). “Importância estratégica da zona do Mar Negro”. Gazeta Russa. Disponível em: https://br.rbth.com/politica/2014/03/17/importancia_estrategica_da_zona_do_mar_negro_24657. Consultado em: 24-03-2016

Kopachynska, Galina (2 de Novembro de 2014). “Goeconomical Pre-Conditions and Factors of Marine Potential of Ukraine Formation Before the Conflict of 2013-2014”. Revista Româna de Geografia Politica. Article no. 162109-280. Disponível em: <http://rrgp.uoradea.ro/art/2014-2/09-RRGP-287-Kopachinska.pdf>. Consultado em: 24-03-2016

Koranyi, David (2015). “Transatlatic energy security and the Ukraine- crisis: A blessing in disguise?” NATO Review. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/2014/NATO-Energy-security-running-on-empty/Transatlantic-energy-security-Ukraine-crisis/EN/index.htm>. Consultado em: 20-06-2017

Kuchma, Anna, Gazdyuk, Pavel (2014) “Crimea’s energy resource”. Russia Beyond. Disponível em:

https://www.rbth.com/multimedia/infographics/2014/03/26/crimeas_energy_resources_35373. Consultado em : 30-05-2017

Laurinavicius, Marius, Kasciunas, Laurynas, Kersanskas, Vytautas, Kojala, Linas (2014). “EU and Russia Relations After Crimea: Red Lines for Business as Usual”. Eastern Europe Studies Center. Disponível em:

<http://www.eesc.lt/uploads/news/id750/EU%20and%20Russia%20after%20Crimea.pdf>. Consultado em: 06-01-2017

Liik, Kadrii (2014) “Russia’s “pivot” to Eurasia”. European Council on Foreign Relations. Disponível em:

http://www.ecfr.eu/publications/summary/russias_pivot_to_eurasia310. Consultado em: 31-03-2016

Luce, Dan de (February 3, 2016) “If Russia Started a War in the Baltics, NATO would lose- Quickly”. Foreign Policy. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2016/02/03/if-russia-started-a-war-in-the-baltics-nato-would-lose-quickly/>. Consultado em: 30-05-2016

Luko, Lyuba (2009) “A razão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia em torno do gás”. Pravda Russa. Disponível em: <http://port.pravda.ru/russa/06-01-2009/25734-grazao-0/>. Consultado em: 28-06-2018

Mclaughlin, Lauren (2014) “The Conflict in Ukraine: a Historical Perspective”. Disponível em: <http://www.summer.harvard.edu/inside-summer/conflict-ukraine-historical-perspective>. Consultado em: 28-06-2016

Mielniczuk, Fabiano (2006) “Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS”. Scielo. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000100004.

Consultado em: 24-10-2016

Ministry of Foreign Affairs of Ukraine (2012). Disponível em: <http://mfa.gov.ua/en/about-ukraine/european-integration/ua-eu-relations>. Consultado: 05-04-2018

Montreux Convention (1936) Republic of Turkey. Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <http://www.mfa.gov.tr/implementation-of-the-montreux-convention.en.mfa>. Consultado em: 21-01-2018

Organization of the Black Sea Economic Cooperation. Disponível em: <http://www.bsec-organization.org/Pages/homepage.aspx>. Consultado em: 21-01-2018

Osuga, Jason Y. (2017) “Building an Asymmetric Ukrainian Naval Force to defend the Sea of Azov”. Center of International Maritime Security. Disponível em: <http://cimsec.org/building-asymmetric-ukrainian-naval-force-defend-sea-azov-pt-1/33756>. Consultado em: 21-01-2018

Parlamento Europeu (2017) “Relação UE-Rússia, um desafio estratégico”. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/world/20170203STO61044/relacao-ue-russia-um-desafio-estrategico>

Pejic, Igor (2016) “The Strategic Significance of Russia’s Black Sea Fleet”. Global Research. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/the-strategic-significance-of-russias-black-sea-fleet/5503636>. Consultado em: 27-03-2017

President of Ukraine. Official Website. Disponível em: <http://www.president.gov.ua/en/news/z-1-veresnya-ugoda-pro-asociaciyu-zapracyuye-u-povnomu-obsya-42002>. Consultado em: 06-01-2018

Proedrou, Filippou (2010) “Ukraine’s foreign policy: accounting for Ukraine’s indeterminate stance between Russia and West”. Southeast European and Black Sea Studies. Vol. 10, No. 4, December 2010, 443–456. Routledge. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683857.2010.529993>. Consultado em: 21-01-2016

Putin, Vladimir (25-04-2005) Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>. Consultado em: 21-07-2018

Rasmussen, Anders Fogh (2014) “The Future of Euro-Atlantic Security”. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2014/09/15/future-of-euro-atlantic-security-pub-56616>

Reuters (2018) “EU extends Russia sanctions over Ukraine crisis”. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-eu/eu-extends-russia-sanctions-over-ukraine-crisis-idUSKCN1GO0YL>. Consultado em: 03-05-2018

RT (2014) Crimeia’s economy in numbers and pictures. Disponível em: <https://www.rt.com/business/crimea-economy-referendum-results-102/>

Russian Federation (2016) “Foreign Policy Concept of Russia Federation”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/07/ukraine-russia-crimea-naval-base-tatars-explainer>. Consultado em: 21-07-2018

Salavrakos Nikolaos (2011). “Assuto: Regime dos estreitos internacionais dos Dardanelos e Bósforo”. Parlamento Europeu. Artigo 117º do Regimento. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+E-2011-004640+0+DOC+XML+V0//PT>. Consultado: 28-06-2016

Salmón, Elizabeth, Rosales, Pablo (2014) “Rusia y la anexión de Crimea o las crisis de la post Guerra Fría.” Derecho PUCP. Revista de la Facultad de Derecho, nº 73. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechopucp/article/view/11307>. Consultado em: 30-05-2016

Salushev Sergey (2014) “Annexation of Crimeia: Causes, Analysis and Global Implications”. Global Societies Journal. Disponível em: http://www.global.ucsb.edu/gsj/sites/secure.lsit.ucsb.edu/gisp.d7_gs-2/files/sitefiles/Salushev.pdf. Consultado em: 30-05-2016

Sarkisyan, David (2015) “Diplomacy – Power Ratio in European-Russia Relations”. Yerevan State University. Disponível em:

<http://web.a.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=18354432&AN=102780747&h=l53oIoOYwb7TaU1NTYnt8BUblYpbXaU31Dl453S5b2XaRSgalflUSrORUDpMac6103BdzEZYpAkuCP%2bBe%2fpQgQ%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d18354432%26AN%3d102780747>. Consultado em: 29-05-2017

Savelyev, Yevhen (2011) “Ukraine as a Geopolitical Centre in the Eurasian Space and its New Role in The Black Sea Region”. Disponível em: <http://kastoria.teikoz.gr/icoae2/wordpress/wp-content/uploads/2011/10/060.pdf>. Consultado em: 18-04-2016

Schwartz, Paul N. (2014) “Crimea’s Strategic Value to Russia”. Center of Strategic and International Studies. Disponível: <http://csis.org/blog/crimeas-strategic-value-russia>. Consultado em: 27-06-2016

Sezer, Duygu Bazoglu (2000) “The Changing Strategic Situation in the Black Sea Region”. Disponível em: http://www.bundesheer.at/pdf_pool/publikationen/03_jb00_26.pdf. Consultado em: 27-06-2016

Silva, António Costa (2017) Geopolitics of Energy and Energy Security. Energy: From Geopolitics to Security. IDN cadernos, nº 24. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos_24.pdf. Consultado em: 20-06-2018

Simões, José Neto (2015) “Crise na Ucrânia: O confronto geopolítico da Europa”. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/russia/JDRI%20135%20020415%20ucrânia.pdf. Consultado em: 01-12-2017

Sousa, Pedro (2015) “A Perspectiva Norte-Americana Nas Novas Relações UE-NATO”. Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-perspectiva-norte-americana-nas-novas-relacoes-ue-nato/A-Perspectiva-Norte-Americana-Nas-Novas-Relacoes.pdf>. Consultado em: 23-07-2018

Speck, Ulrich (2014). “What Does Russia’s Involvement in Ukraine mean for European Security?” Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2014/03/27/what-are-global-implications-of-ukraine-crisis-pub-55112>. Consultado em: 24-03-2016

Stratford (2008) “The Black Sea: A Net Assessment”. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/black-sea-net-assessment>. Consultado: 28-06-2016

Stratford (2014) “The Baltic States Turn a Wary Eye Toward Ukraine”. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/analysis/baltic-states-turn-wary-eye-toward-ukraine>. Consultado 28-06-2016

Strzelecki, Jan (2016) “The Eurasian Economic Union: a time of crisis”. Osrodek Studiów Wschodnich (OSW). Disponível em: <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2016-02-01/eurasian-economic-union-a-time-crisis>. Consultado em: 21-01-2018

Talukdar, Indrani (2014) “Russia’s Maritime Strategies in the Indian Ocean”. Indian Council of World Affairs. Disponível em: <http://www.icwa.in/pdfs/VP/2014/RussiamaritimeSIocsea10122014VP.pdf>. Consultado em: 22-01-2018

Tanap Project. Official website. Disponível em: <http://www.tanap.com/tanap-project/why-tanap/> Consultado em: 27-06-2017

Tapiola, Olga Shumylo (2013) “Why Does Ukraine Matter to the EU?”. Carnegie Europe. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/publications/?fa=51522>. Consultado em: 24-03-2016

The Guardian (2016) “Pro-Russia presidential candidates tipped to win in Bulgaria and Moldova”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/nov/13/pro-russia-presidential-candidates-tipped-to-win-in-bulgaria-and-moldova>. Consultado em: 27-06-2017

The National Institute for Strategic (s/d). “Ukraine in Core Geopolitical Outlines”. Disponível em: http://old.niss.gov.ua/book/engl/006_1.htm. Consultado em: 30-10-2016

The North Atlantic Treaty (1949) The North Atlantic Treaty Organization. Washington D.C. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/stock_publications/20120822_nato_treaty_en_light_2009.pdf. Consultado em: 20-07-2018

Tiezzi, Shannon (2015) “China and Russia Are More Likely to Become Allies Than You Think”. The Diplomat. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/05/china-and-russia-are-more-likely-to-become-allies-than-you-think>. Consultado em: 27-05-2015

Toca, Constatin Vasile, Pocola, Bogdan (2014) “Leadership Scenarios in Ukraine. The Impact of EU and Russia Politics”. Analele Universitatii Din Oredea. EBSCO. Disponível em: <https://web.a.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=20671253&AN=113773725&h=MUWGV1WoqmPFDtkNuiA%2fvunrZtUnQ%2bzbI1vCfT82hqhjht8xEmPxuMmoC2X%2bM0W6nQPgra1bojQo8krt92A%3d%3d&crl=f&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d20671253%26AN%3d113773725>. Consultado em: 04-05-2016

Treisman, Daniel (2016). “Why Putin Took Crimea?”. Foreign Affairs. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2016-04-18/why-putin-took-crimea>. Consultado em: 30-05-2016

Trenin, Dmitri (2014). “The Ukraine Crisis and the Resumption of Great-Power Rivalry”. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/ukraine_great_power_rivalry2014.pdf. Consultado em: 30-05-2016

Treaty on friendship, cooperation and partnership between Ukraine and the Russian Federation. Kiev, 31 May 1997. United Nations. Treaties Collection. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/52240/Part/I-52240-08000002803e6fae.pdf>. Consultado em: 05-04-2018

Umbach, Frank (2015). “The energy dimensions of Russia’s annexation of Crimea”. Revista NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2014/NATO-Energy-security-running-on-empty/Ukraine-energy-independence-gas-dependence-on-Russia/PT/index.htm>. Consultado em: 24-03-2016

Unian Information Agency (2018) “Current EU-Russia relations may become more dangerous than Cold War – envoy”. Disponível em: <https://www.unian.info/world/2395583-current-eu-russia-relations-may-become-more-dangerous-than-cold-war-envoy.html>. Consultado em: 30-05-2018

Vasilescu, Valentin (2016) “Inskader, o pesadelo do Escudo anti-mísseis balísticos dos EUA”. Oriente mídia. Disponível em: <http://www.orientemidia.org/iskander-o-pesadelo-do-escudo-anti-misseis-balisticos-dos-eua/>. Consultado em: 26-04-2017

Vieira, Alena Vysotskaya Guedes (2014) “Ukraine’s Revolution: A Challenge to Russia’s Eurasian Integration Project. IPRIS. Disponível em: www.ipris.org/php/download.php?fid=786. Consultado em: 31-07-2017

Vieira, Alena, Melo, Francisco (2013) “A Ucrânia e as incertezas da União Europeia”. Janus. Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013_3_2_8.pdf. Consultado em: 26-04-2017

Vilmer, Jean-Baptiste Jeangène (2015) “Crimée: les contradictions du discours russe. Politique Étrangère. Institut Français des relations internationales”. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2015-1-page-159.htm>. Consultado em: 20-07-2016

Vlad, Liviu Bogdan, Hurduzeu, Gheorghe, Josan, Andrei (2009) “Geopolitical Reconfigurations in the Black Sea Area at the beginning of the 21st Century”. Romanian Review on Political Geography. N° 1, p. 65-76. Disponível em: http://rrgp.uoradea.ro/art/2009-1/08_OK_Vlad.pdf. Consultado: 05-01-2017

Zaborsky, Victor (1995) “Crimeia and Black Sea Fleet in Russia-Ukraine relations”. Belfer Center of Science and International Affairs. Disponível em: <http://www.belfercenter.org/publication/crimea-and-black-sea-fleet-russian-ukrainian-relations>. Consultado em: 27-06-2016

Waslander, Simon (2014) “Why is Ukraine so Important for Russia?” Foresight Investor. Disponível em: <http://foresightinvestor.com/articles/18361-why-is-ukraine-so-important-for-russia>. Consultado em: 28-06-2016

Yugas, Alan, Jalabi, Raya (2014) “Ukraine crisis: why Russia sees Crimea as its naval stronghold”. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/07/ukraine-russia-crimea-naval-base-tatars-explainer>. Consultado em: 28-06-2016

Yesilot, Okan (2014) “The Crimea Crises in the context of New Russian Geopolitics”. Insight Turkey. V.16/ N°2, p.167-181. Disponível em: <https://www.insightturkey.com/article/the-crimean-crisis-in-the-context-of-new-russian-geopolitic>. Consultado em: 09-02-2017

ANEXOS

Anexo 1: Anders Fogh Rasmussen refere a sua preocupação quanto a uma Rússia revisionista, uma vez que esta demonstrou a sua disposição em usar a força para expandir e exercer a sua influência e controlo sobre nações soberanas independentes desrespeitando o direito internacional (2014). A comunidade transatlântica foi confrontada com um poder revisionista no seu próprio “quintal” (idem). Uma Rússia revisionista significa que os princípios e regras que tornaram mais previsíveis e pacíficas as relações entre o Ocidente e a Rússia não podem mais ser considerados garantidos. O ataque da Rússia à Ucrânia introduziu um nível de incerteza nunca visto desde a Guerra Fria. Este ataque concretizou-se pelo uso de táticas não convencionais - desde ataques cibernéticos e o controlo do fornecimento energético e também através de propaganda de apoio às suas “forças de procuração” na Ucrânia. As ameaças russas são agora ainda mais potentes, em contraste com o seu isolamento durante a Guerra Fria (idem).

Anexo 2: Também Políbio Valente de Almeida define este conceito afirmando: “Nem sempre é fácil equacionar a Geografia com a Política e com a História. E, no entanto, o Método Geopolítico obriga-se a fazê-lo pois é só assim que atinge o seu objectivo que é o de explicar o facto político que a História regista, através das conexões, reais ou aparentes, que esse facto tem com a geografia. Porém, vai mais longe quando pretende explicar o que ainda não tem história e, por vezes, o que tem é, apenas, uma política nebulosa” (2012: 31).

Anexo 3: Torna-se relevante referir o contributo de Helena Rego através da sua obra “Nova Rússia” de 1999.

Anexo 4: Neste contexto, importa destacar o conceito de segurança energética que de acordo com International Energy Agency: “...energy security as the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price. Energy security has many aspects: long-term energy security mainly deals with timely investments to supply energy in line with economic developments and environmental needs. On the other hand, short-term energy security focuses on the ability of the energy system to react promptly to sudden changes in the supply-demand balance” (AIE, 2018).

Anexo 5: No *Foreign Policy Concept of the Russian Federation* está definido esse objectivo: “...to consolidate the Russian Federation’s position as a center of influence in today’s world...” (2016).

Anexo 6: Também Dougherty e Pfaltzgraff afirmam: “... os neo-realistas continuam a privilegiar o estado-nação como unidade central das relações internacionais. O estado-nação aparece assim como actor racional assim que procura o seu interesse nacional (concebido em termos de poder) no contexto de uma sociedade anárquica, ou seja, um sistema internacional de auto-ajuda no qual a segurança, definida como sobrevivência, se mantém no topo da lista das prioridades do estado” (2003: 43).

Anexo 7: *Foreign Concept of the Russian Federation:* “Systemic problems in the Euro-Atlantic region that have accumulated over the last quarter century are manifested in the geopolitical expansion pursued by the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the European Union (EU) along with their refusal to begin implementation of political statements regarding the creation of a common European security and cooperation framework, have resulted in a serious crisis in the relations between Russia and the Western States...” (2016).

Anexo 8: De acordo com Sousa Lara, uma boa parte do interesse nacional é definida pelo processo histórico. “A História é o que é e embora permita interpretações não coincidentes em absoluto, tem linhas mestras que são claras, indiscutíveis e inultrapassáveis” (Lara, 2009: 130). O autor refere ainda que a História bem ou mal definiu um rumo, definiu um país, definiu uma identidade e que ninguém é obrigado a pertencer a nação em que nasce, por mais objectiva que ela seja (idem). Embora, os que pertençam a uma nação não a renegam, herdaram o património que a História lhes legou e que tem comandos objectivos específicos incluídos (idem).

Anexo 9: A periferia eurasiática do Heartland sofreu uma grande mudança desde a dissolução do Pacto de Varsóvia e a ruptura da URSS. Os aliados da Rússia (os antigos satélites comunistas), na sua periferia, eram a base a partir dos quais a URSS poderia controlar o Rimland eurasiático, no entanto, tornaram-se uma base que se podia virar contra a Rússia (Cohen, 2009). Além disso, a Rússia tem em consideração o valor defensivo e económico das catorze repúblicas que constituem o designado "Near Aboard", e também porque aproximadamente 18% da população total de étnia russa vive nesta área (idem). Na visão de Cohen, os líderes ocidentais não deram importância

às preocupações de Moscovo relativamente à expansão da NATO, mas a Rússia ainda tem memória da invasão alemã durante a Segunda Guerra Mundial, em que cerca de vinte milhões de soviéticos morreram e muitas cidades e indústrias foram destruídas (idem). Neste contexto, quando a Rússia olha para a profundidade defensiva da sua periferia ocidental, recorda a vulnerabilidade do tempo da guerra tendo em consideração a linha de Leningrado (São Petersburgo) a Moscovo e Tula, e de Estalinegrado (Volgograd) até à costa nordeste do Mar Negro em Novorossiysk. Esta linha foi realizada apenas porque a profundidade defensiva para o oeste, proporcionou tempo para que os exércitos russos quando se separavam se reagruparem de novo (idem).

Anexo 10: De acordo com o The National Institute for Strategic Studies, na sua concepção das linhas orientadoras da Política Externa ucraniana, definidas no *‘Ukraine in Core Geopolitical Outlines’* “The main geopolitical and foreign policy priorities of Ukraine”: “...the priority of an orientation toward integration into the EU and the WEU; the enhancement of a distinctive partnership with NATO, including as a first phase a course toward joining the political structures of this organization, as a cornerstone of European security” (s/d).

Anexo 11: O Presidente Petro Poroshenko refere a importância deste acontecimento para Ucrânia: “Ukraine and the EU are closer than ever before. We have never had such a level of trust, cooperation and support. Ukraine is fully committed to the criteria of reforms and the Association Agreement with the EU. It is very important that we continue the implementation of the reforms despite war and a very difficult security situation” (President of Ukraine, 2017).

Anexo 12: A crítica a Mackinder, por parte de Spykman, baseia-se no facto de que as guerras do século XIX e XX vieram a demonstrar que era possível uma oposição entre as potências continentais e as potências marítimas, e como estas últimas poderiam por em causa a segurança dos poderes terrestres e como poderiam controlar a grande massa continental. Os exemplos que nos refere são, a Grã-Bretanha, como o poder marítimo e o Império Russo como o poder continental (1969).

Anexo 13: O conceito centra-se na implantação das capacidades em que, primeiro lugar: pretende impedir que as forças entrem numa área, ou seja, anti-acesso; e, em segundo lugar, limitar a liberdade de ação e manobra de um oponente dentro da área

operacional, ou seja, a área de negação. De acordo com a explicação de Byron Chong, dentro de uma bolha operacional A2 / AD, os ativos de longo alcance poderiam ser implantados para atacar alvos terrestres, interditar o tráfego marítimo e impor-Zonas de voo. Durante um conflito, tal estratégia aumenta consideravelmente o risco de causalidades de qualquer força hostil que entre na bolha A2 / AD (2017).

No entanto, a tentativa de implementação da “bolha” A2/AD no Mar Negro traz desafios à Rússia, uma vez que os programas de rearmamento maciço vêm com preço substancial, e é preciso ter em consideração o facto de que a Rússia sofreu consequências económicas face aos baixos preços globais do petróleo bem como as implicações das sanções aplicadas em curso (idem). Também outro factor é a escassez de motores de navios existente na construção naval russa, pois estes provinham da Ucrânia que suspendeu as vendas após a anexação da Crimeia. Isto faz reflectir em quanto tempo a modernização russa vai ser efectivamente realizada (Chong, 2017).

Esta estratégia foi vista como uma medida de contenção económica para combater o poder esmagador da NATO, e por isso, se esta falhar a aplicação destes planos, isso poderá prejudicar gravemente a eficácia e o valor da dissuasão do A2/AD (idem). Também na perspectiva do autor, a tomada de decisões da NATO pode ser prejudicada pelos custos elevados de reforço dos aliados na região, dificultando a sua capacidade de exercer uma defesa coletiva e enfraquecendo a credibilidade da sua dissuasão. Além disso, a inação da NATO aumentaria o prestígio da Rússia, demonstrando sua capacidade de desafiar a Oeste (idem).

Anexo 14: Esta estratégia tem sido bem-sucedida na Bulgária, pois nas últimas eleições foi eleito um Presidente pró-russo, Rumen Radev cujo a sua mensagem anti-imigração e pró-Moscovo atingiu os búlgaros desanimados com a adesão à UE, enquanto o bloco luta contra o surgimento dos partidos nacionalistas e a decisão da Grã-Bretanha de sair (The Guardian, 2016). Rumen Radev não pretende deixar de ser membro da NATO nem abandonar a UE, pois está consciente do impacto financeiro e da longa história de lealdades divididas do país, no entanto apela para acabar com as sanções da UE contra a Rússia (idem).

A Roménia é também outro vizinho problemático para a Rússia. Ambos os estados compartilham uma série de disputas não resolvidas. Embora tenha prosseguido o diálogo com a Rússia, também promoveu maior presença da NATO na região. Assumiu

um papel de liderança no formato de Bucareste - um agrupamento multilateral de nove membros da NATO criados para acompanhar os compromissos da organização. O país atualmente possui elementos do escudo antimíssil dos EUA, o que levou o Kremlin a declarar isso: "Uma ameaça clara" (Chong, 2017).

A Roménia, por conseguinte, também pretende organizar treinos navais com a Bulgária e com os EUA, numa das suas bases no Mar Negro para combater a capacidade de Moscovo de projetar o poder na região, em direção aos Balcãs e Mediterrâneo Oriental (Gardner, 2016)

Na perspectiva de Byron Chong, para neutralizar a Roménia, a Rússia pode promover ideias pan-nacionalistas, como o conceito da 'Grande Roménia'. Com isto encorajaria as disputas regionais entre a Roménia e os seus vizinhos, a Ucrânia e a Moldávia. A Rússia pode também destabilizar a Roménia através de manifestações, sabotadores infiltrados e apoiar movimentos separatistas (como fez na Geórgia e na Ucrânia) (2017).

De acordo com Vidrascu, a Roménia além de prestar apoio, também está especialmente envolvida no processo de democratização da Moldávia. A Ucrânia por sua vez, desempenha um papel importante na resolução de disputas, especialmente no que toca à Transnístria, não só porque se trata de um dos seus vizinhos, a Moldávia, como também pelo facto de a Transnístria não ter acesso ao mar, e assim, todas as suas rotas de acesso na região passam através do território controlado pela Ucrânia (2016).

Anexo 15: *Foreign Concept of the Russian Federation:* "... to ensure comprehensive, effective protection of the rights and legitimate interests of Russian citizens and compatriots residing abroad, including within various international frameworks" (2016).

Anexo 16: O Artigo nº 5 de Segurança Colectiva estabelece: "The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognised by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area..." (NATO, 1949).

Anexo 17: A importância do Oceano Índico tem vindo a aumentar para a Rússia pelo facto de que nesta região residem duas economias competitivas, a China e a Índia.

Também podemos acrescentar o facto de a Rússia pretender se juntar ao projecto do Corredor Económico China-Paquistão.

A influência de Moscovo na região tem vindo a aumentar pelo crescimento das exportações energéticas e também pelo reforço das suas relações com a Índia. Para a Rússia torna-se fundamental a estabilidade e relações de boa vizinhança na região para poder garantir a sua presença. Os interesses económicos são bastante relevantes, e por isso, torna-se fundamental o reforço dos laços com os países asiáticos regionais, com os quais já estabelecia relações no tempo da URSS (principalmente no mercado de armamento) (Talukdar, 2014).

A região tem assistido a um aumento da militarização, o que dá à Rússia uma boa oportunidade para capitalizar a sua tecnologia naval e aeroespacial, e isto pode contribuir para o seu impulsionamento militar e económico (idem). As crescentes actividades de cooperação económica (exportações de armas e energéticas), bem como compromissos militares (exercícios navais) com estes países poderão constituir em troca, a acessibilidade portuária da sua marinha a estes Estados (idem).

Anexo 18: A demarcação inacabada de fronteiras no Mar Negro e no Mar de Avoz representa um potencial foco de tensão entre a Rússia e a Ucrânia. A Ucrânia tem a responsabilidade de proteger a sua ZEE no Mar de Avoz e no Mar Negro ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre do Direito do Mar de 1982 (Osuga, 2017).

A Ucrânia designou o Mar de Avoz como um mar aberto sob a Convenção uma vez que liga directamente ao Mar Negro e aos oceanos mundiais. No entanto o governo russo não aceitou as reivindicações ucranianas, e apelou ao respeito pelo Acordo assinado entre ambos em 2003, o qual designou as águas do Mar de Avoz como internas para ambos os estados e serem da sua propriedade e gestão e desregulamentação pelo direito internacional (idem).

Mais recentemente, a Ucrânia instituiu processos de arbitragem contra a Rússia sob a Convenção do Direito do Mar, afirmando que a Rússia usurpou os seus direitos marítimos nessas zonas (Osuga, 2017). No entanto, estas acções legais não interromperam a agressão marítima russa. Em meados de setembro de 2016, os navios russos tomaram ilegalmente as plataformas petrolíferas ucranianas na região e expulsaram vasilhas ucranianas da área.

As tensões continuam a subir, já que a Rússia solidifica os seus ganhos na Crimeia, estendendo as reivindicações offshore contra a Ucrânia (idem).

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT